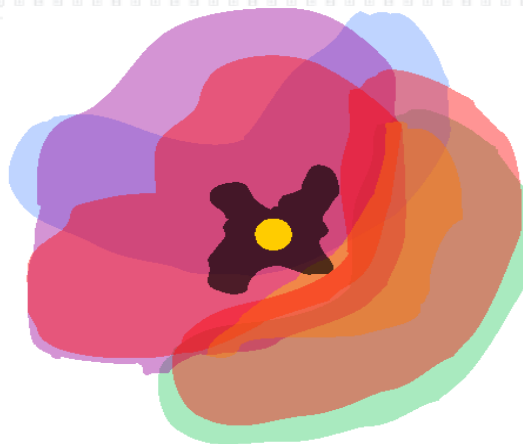




**DIAGNÓSTICO REGIONAL DE NECESSIDADES DE QUALIFICAÇÕES INTERMÉDIAS NA REGIÃO DO
BAIXO ALENTEJO E APOIO AO PROCESSO DE PLANEAMENTO E CONCERTAÇÃO DA REDE DE CURSOS
PROFISSIONAIS 2022-2023**

RELATÓRIO SÍNTESE

Maio 2022

A equipa da Quaternaire Portugal agradece à CIMBAL a cooperação e o enquadramento na análise e partilha de informação, conhecimento e reflexão.

A todos os interlocutores e participantes neste processo de análise e reflexão – profissionais da CIMBAL, dos municípios, das escolas, das empresas, das associações, das instituições regionais e locais, dos Centros Qualifica – o nosso profundo agradecimento pela disponibilidade, participação, questões, contributos e entusiasmo.

Um agradecimento também às equipas do CIES-ISCTE e da KSTK pela cooperação e oportunidade de alinhar reflexões e propostas em prol do desenvolvimento educativo no Baixo Alentejo.

Equipa técnica:

Carlos Fontes (processos de inquirição)

Clara Correia (coordenação)

Filipa Barreira

Leonor Rocha

Patrícia Amaral

Participação temática:

Artur Costa

Lurdes Cunha

Cofinanciado por:



ÍNDICE

1.	NOTA DE APRESENTAÇÃO	4
2.	SÍNTESE CONCLUSIVA.....	5
2.1.	Demografia e território	6
2.2.	Economia e emprego.....	8
2.3.	Educação e Formação.....	13
2.4.	Estratégia e Políticas Regionais	17
2.5.	A Expressão e a Rede das Qualificações Intermédias.....	19
2.6.	Dinâmica das qualificações intermédias: necessidades e procura.....	28
2.6.1.	Onde pode crescer o emprego jovem nas qualificações intermédias – tendências recentes	28
2.6.2.	Elementos de prospetiva: drivers de mudança, a “voz do terreno” e as necessidades.....	30
2.7.	A relevância das qualificações intermédias no Baixo Alentejo	36
3.	REFLEXÕES E PROPOSTAS	40
3.1.	Educação profissional, estratégia e rede regional.....	41
3.2.	Qualificações intermédias e rede de cursos profissionais.....	43

Cofinanciado por:



ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1-Rede de qualificações intermédias proposta e aprovada para 2022-2023, por AEF	24
Tabela 2-Cursos novos aprovados para 2022-2023, por município	25

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução do nº de alunos jovens matriculados no Baixo Alentejo, por níveis de ensino, anos letivos 2009/10 a 2019/20.....	7
Gráfico 2 – Emprego jovem (15-24 anos) por nível de educação no Alentejo 2011-2020 (milhares de indivíduos).....	8
Gráfico 3 – Remunerações base médias, por género e grupo etário, no Continente e Baixo Alentejo, outubro 2019	12
Gráfico 4 - Taxa de jovens (15 e 34 anos) não empregados e que não em educação ou formação, por grupo etário, no Alentejo, 1º T 2019-4ºT 2020	14
Gráfico 5 - Taxa de retenção e desistência por nível de ensino, no Continente e Alentejo, por CIM, biénio 2018-2019/ 2019-2020 (%)	15
Gráfico 6 - Taxa de participação em vias profissionalizantes (*) de alunos jovens matriculados no ensino secundário– 2016/ 2017 a 2019/2020 ...	16
Gráfico 7 – Expressão dos cursos profissionais nas modalidades de dupla certificação, Baixo Alentejo	20
Gráfico 8 – Cursos profissionais em funcionamento no Baixo Alentejo, por curso– 1º ano do ano letivo 2021/22.....	22
Gráfico 9 – Inovação na oferta de cursos profissionais no Baixo Alentejo – ano 2021-2022 face ao histórico	23
Gráfico 10 – Cursos nos quais, em 2021, saíram alunos para o mercado de trabalho ou para o prosseguimento de estudos	27
Gráfico 11 – Drivers de mudança e necessidades de qualificação, setores e áreas	33
Gráfico 12 – Os domínios mais sinalizados (por mais empresas) para recrutamento de trabalhadores com 12º ano + formação profissional	35
Gráfico 13 – Os domínios mais sinalizados (por mais empresas) para recrutamento de trabalhadores com ensino superior	35

Cofinanciado por:



1. NOTA DE APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui o **RELATÓRIO SÍNTESE** do **diagnóstico regional de necessidades de qualificações intermédias no Baixo Alentejo** contratado à Quaternaire Portugal no âmbito da prestação de serviços à CIMBAL. O diagnóstico (entregue à CIMBAL em dezembro 2021 e validado no território) constitui um dos produtos do Módulo de Aprofundamento Regional do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ) e é fundamentalmente dedicado à análise das dinâmicas das qualificações intermédias: oferta, procura, necessidades e variáveis de contexto. O outro produto deste Módulo é o Mapa de Relevâncias já contruído, validado e disponibilizado à ANQEP.

Este relatório síntese, elaborado após a aprovação da rede de cursos profissionais 2022-2023, cumpre dois objetivos:

- Disponibilizar uma **síntese dos principais resultados do diagnóstico regional**, elaborado de acordo com a metodologia do SANQ e de forma articulada com projetos realizados e em curso no território, no âmbito do Projeto +Sucesso Educativo no Baixo Alentejo e, de modo geral, no âmbito da Rede Intermunicipal do Baixo Alentejo.
- Partilhar **contributos para a qualidade do planeamento da rede de cursos profissionais e para o Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo**, em fase de conclusão, refletindo sobre variáveis que influenciam as necessidades, a procura e a oferta de qualificações intermédias e efetuando algumas propostas que poderão suportar a coerência da estratégia educativa regional, considerando, nomeadamente, as competências da CIMBAL nesta matéria.

As fontes de informação utilizadas foram diversas: documentais, estatísticas e recolhas de terreno (entrevistas, *workshop's*, inquéritos online). As fontes de informação, as sessões de trabalho realizadas e o número de instituições e pessoas que participaram e contribuíram decisivamente para este resultado, estão explicitadas no documento “Diagnóstico regional”.

Os resultados obtidos beneficiaram da reflexão e contributos partilhados nas sessões de informação/ formação/ capacitação realizadas no âmbito desta prestação de serviços orientada para o desenvolvimento da educação profissional.

O presente relatório integra 2 principais capítulos: síntese conclusiva, organizada pelas principais dimensões de análise do estudo; e reflexões e propostas para a valorização da rede de oferta de qualificações e da educação profissional em geral.

Cofinanciado por:



2. SÍNTESE CONCLUSIVA

Partilhamos neste capítulo, uma síntese da informação e da reflexão contidas no documento do Diagnóstico Regional. Iniciamos com uma síntese conclusiva dos aspetos associados às dimensões sociodemográfica, económica, de estratégia e política regional e de educação-formação, que enquadram as dinâmicas de produção de qualificações intermédias no território do Baixo Alentejo, e concluímos com um ponto dedicado às necessidades e procura de qualificações intermédias identificadas no processo de desenvolvimento do diagnóstico. Estas são, no seu conjunto e na sua interação, dimensões e fatores de mudança a considerar no planeamento e organização das ofertas educativas e formativas.

Podemos considerar que a produção e as necessidades de qualificações intermédias no Baixo Alentejo são influenciadas por cinco grandes tipos de dinâmicas:

- A evolução social e demográfica da região, que condiciona, desde logo, a disponibilidade e as características dos recursos humanos, mas que também faz emergir novas necessidades de qualificações para a prestação de serviços fora da tradicional esfera económica e empresarial;
- As tendências de evolução do quadro e perfil económico e empresarial, que vão ser determinantes na evolução da valorização social e salarial das qualificações e nas necessidades de produção de qualificações competências; no plano regional, sobretudo, e também no plano territorial mais alargado, considerando que a formação de técnicos intermédios, nomeadamente em áreas de especialização, pode satisfazer necessidades em territórios que não se confinam à região administrativa;
- As estratégias (de oferta, de cooperação, de comunicação), os recursos (humanos e materiais) e as competências presentes nas escolas e nos operadores de educação-formação, cuja evolução se articula com as decisões sobre a configuração da rede educativa, a orientação escolar e profissional e as orientações de política e de financiamento da educação profissional;
- O quadro estratégico e a visão para a política educativa regional e desenvolvimento da educação profissional: quais são as decisões e apostas para o desenvolvimento educativo do território, a organização da rede educativa e a estratégia de capacitação individual e coletiva será necessária para as concretizar? Como vai evoluir a cooperação, de recursos e de competências, entre escolas-centros de formação-empregadores? Que investimento vai ser feito na informação e orientação da procura social?

Cofinanciado por:



- As macrotendências e os *drivers* de mudança no perfil dos empregos e das competências, destacando-se neste contexto as associadas à transição digital e às alterações nos modos de prestação de trabalho, e também, a transição energética, a valorização dos ecossistemas e as necessidades sociais.

Vejamos a síntese das conclusões da análise de informação, estatística, documental e de terreno, relativa a este conjunto de dinâmicas.

2.1. Demografia e território

A NUTS 3 Baixo Alentejo integra o território de 13 municípios de baixa densidade, com uma população residente na ordem dos 115 mil habitantes (114.887 hab – INE, 2021 dados preliminares) e em perda demográfica acentuada. Entre 2011 e 2021 o decréscimo de residentes no Baixo Alentejo (-9,3%) foi superior ao registado no Alentejo (-6,9%). Com menos de 14 hab/km², é a NUTS 3 portuguesa de mais baixa densidade populacional¹.

O envelhecimento demográfico pela base, isto é, a diminuição de pessoas das camadas etárias mais jovens, diminuindo também o potencial de captação de alunos-formandos, é já bem visível na diminuição da população escolar.

No período 2009-2020, a diminuição do número de alunos jovens matriculados nos estabelecimentos de ensino do Baixo Alentejo, sobretudo significativa no pré-escolar, 1º ciclo e 2º ciclo, coloca exigentes desafios à economia e sociedade regional e, especificamente, ao planeamento e estratégia de desenvolvimento da oferta educativa e formativa.

¹ No momento de produção deste relatório só estão disponíveis alguns dados preliminares dos censos de 2021. Considerou-se importante incluir algumas tendências, sendo que dados mais finais serão analisados no relatório do Plano Estratégico a cargo do CIES-ISCTE

Cofinanciado por:

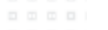
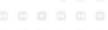
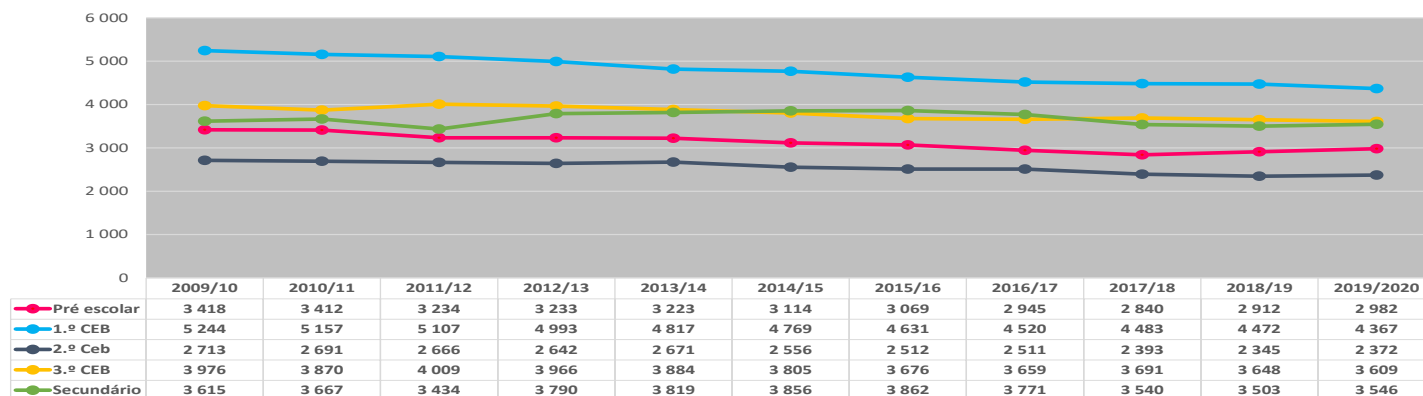


Gráfico 1 – Evolução do nº de alunos jovens matriculados no Baixo Alentejo, por níveis de ensino, anos letivos 2009/10 a 2019/20



*Nota: Alunos matriculados no ensino público e privado em ofertas orientadas para jovens

Fonte: DGEEC/MEd - MCTES

Complementarmente, verifica-se o envelhecimento pelo topo. O índice de envelhecimento é, à semelhança do que se verifica em toda a região do Alentejo, muito significativo e superior ao valor médio do Continente.

Uma das principais resultantes deste processo é o aumento da necessidade da prestação de serviços sociais, pessoais e de saúde (cuidados continuados, apoio psicológico, envelhecimento ativo, uma nova geração de serviços de institucionalização, etc.). A pandemia demonstrou que os modelos de resposta atualmente existentes são insuficientes e têm grandes carências qualitativas, pelo que esta renovação do setor, com modelos inovadores e devidamente capacitados (incluindo ao nível das qualificações profissionais) é urgente.

A imigração, sobretudo de cidadãos estrangeiros atraídos pelo emprego em atividades agrícolas emergentes e no turismo, aumentou significativamente nos últimos anos. As estatísticas (SEF/INE/PORDATA) registavam, em 2019, cerca de 10 mil pessoas, sendo que 4 mil têm residência permanente. Mais de 80% destas pessoas são potencialmente ativos. (Nota: estes números, no entanto, escondem o fenómeno da imigração ilegal que, segundo estimativas de algumas ONG, triplicam este número de estrangeiros presentes nos períodos

Cofinanciado por:



de maior intensidade da atividade agrícola – primavera e verão. Na sua maioria, são pessoas do sexo masculino, sozinhos, contrastando com os imigrantes permanentes, que se deslocam em família e já constituem comunidades em processo de integração na sociedade).

Este grande contingente foi profundamente afetado pela crise resultante da pandemia de COVID 19. A recessão profunda no setor do turismo e a forte sazonalidade da agricultura deixaram um grande número de imigrantes em situação de grave carência social e económica. Complementarmente, este grande contingente será também responsável pelo crescimento da atração demográfica de grande parte dos concelhos do Baixo Alentejo, cuja diminuição do saldo natural foi atenuada pela fixação de novos residentes.

A rarefação do povoamento influencia significativamente os modelos de prestação de serviços às populações e às empresas.

As soluções do futuro tenderão a privilegiar o ambulatorio e serão apoiadas na mobilidade dos destinatários ou das equipas prestadoras, ou em meios digitais, implicando um novo quadro de oportunidades e de exigências ao nível das qualificações (o domínio dos meios tecnológicos e digitais e a (micro)logística, por exemplo).

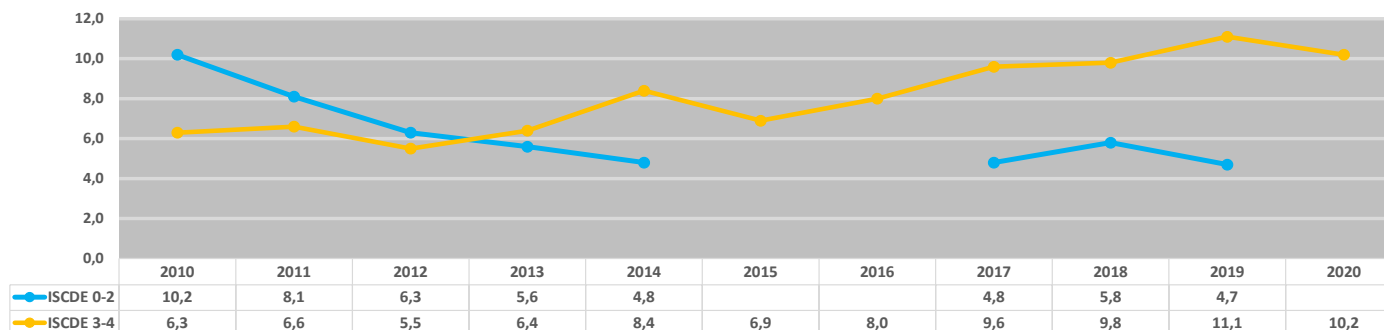
No que respeita ao acesso e, também, às escolhas educativas e formativas da população jovem, afigura-se particularmente significativo o papel e o impacto que a rede intermunicipal de transportes poderá desempenhar.

2.2. Economia e emprego

De acordo com os últimos dados disponíveis do inquérito ao emprego (2020), a região mais alargada do Alentejo, regista taxas de atividade, emprego e, também, desemprego, inferiores às do Continente, indiciando níveis superiores de afastamento da população do mercado de trabalho.

No Alentejo, o emprego de jovens com qualificações intermédias cresceu na última década (Eurostat 2010-20), ao contrário do que ocorreu com o emprego de jovens com baixas qualificações, apesar da tendência recessiva recente associada ao contexto pandémico.

Gráfico 2 – Emprego jovem (15-24 anos) por nível de educação no Alentejo 2011-2020 (milhares de indivíduos)



Fonte: Eurostat

De acordo com dados presentes no diagnóstico realizado no âmbito dos trabalhos da EIDT 2021-2027, o desempenho modesto do Baixo Alentejo em matéria de evolução do produto, dificultou o sentido da convergência real com o nível médio de desenvolvimento económico do país.

Considerando informação dos Quadros de Pessoal (GEP/ MTSS)², a leitura da trajetória recente da região permite concluir que entre 2015 e 2019, embora o número de estabelecimentos do Baixo Alentejo tenha diminuído ligeiramente (-0,6%), se assistiu a um aumento de 8,8% do número de pessoas ao serviço nesses estabelecimentos.

O aumento do número de pessoas ao serviço é fundamentalmente explicado pela dinâmica de crescimento de setores com expressão na região como o setor agrícola e da produção animal, do alojamento e restauração e do comércio e, também, das atividades de saúde humana e apoio social. Ainda que com menor expressão no tecido empregador regional, sinaliza-se o crescimento, superior à média

² Os dados do **GEP/MTSS, Quadros de Pessoal**, disponibilizam o número de **Estabelecimentos** - unidade económica que, sob um único regime de propriedade ou de controlo (quer dizer, sob a autoridade de uma só entidade jurídica), exerce, exclusiva ou principalmente, um só tipo de atividade económica, num só local. Unidade local ou estabelecimento corresponde a uma empresa ou parte de empresa situada num local topograficamente identificado. Nesse local, ou a partir dele exerce-se uma ou várias atividades económicas. Estes dados permitem aferir também o **número de pessoas ao serviço**, independentemente do tipo de vínculo que possuem. Englobam para além dos trabalhadores por conta de outrem, os empregadores desde que exerçam funções na empresa, os trabalhadores familiares não remunerados e os membros ativos de cooperativa de produção. A informação das pessoas ao serviço é recolhida por estabelecimento, sendo fornecida ao GEP pela empresa sede.

Cofinanciado por:



regional, do número de pessoas ao serviço, entre 2015 e 2019, em setores como os transportes e armazenagem, captação e distribuição e água, atividades de informação e comunicação e atividades artísticas, desportivas e recreativas.

Se complementarmos esta informação com os dados do INE³, relativos ao mesmo período (2015-2019) e reportados ao número de pessoal ao serviço nas empresas não financeiras localizadas no Baixo Alentejo, constatamos também uma dinâmica de crescimento: um aumento de 19,9% do número de pessoas ao serviço nas empresas, aumento esse que foi superior ao verificado para o Alentejo e para o Continente.

Considerando as duas fontes de informação utilizadas – GEP/ MTSS (Quadros pessoal) e INE (Sistema de Contas Integradas) e os diferentes universos estatísticos e formas de recolha de informação (cf notas de rodapé), sinalizamos:

- Registo de 15.587 empresas não financeiras e 4.100 estabelecimentos, em 2019, no Baixo Alentejo.
- Aumento, entre 2015 e 2019, do número de empresas não financeiras localizadas no Baixo Alentejo e diminuição do número de estabelecimentos.
- Aumento do número de pessoas ao serviço, quer nos estabelecimentos quer nas empresas.
- Considerados os dados, os universos estatísticos e as fontes de informação, arriscamos concluir que a par do aumento da dimensão média, global, dos estabelecimentos (por exemplo no setor agrícola), foi significativo o aumento dos empresários em nome individual, expressivo sobretudo nas atividades de serviços.
- O perfil de escolaridade dos trabalhadores na região do Baixo Alentejo, e à semelhança do verificado na região mais alargada, evidencia o peso predominante dos níveis de educação inferiores ao secundário, embora com alguma variabilidade concelhia.

Num passado recente, o documento da EIDT do Baixo Alentejo destaca, em termos de dinâmicas setoriais, a capacidade de crescimento evidenciada pelo setor agrícola, bem patente no aumento do seu VAB (+22% entre 2013 e 2017), materializando já o

³ Os **dados do INE** são sobre empresas não financeiras, são recolhidos de forma distinta dos quadros de pessoal do GEP/MTSS e reportam a universos estatísticos distintos. Os valores apresentados estão de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas (SEC 2010). O total das empresas inclui as secções A a S da CAE Rev.3, com exceção das "Atividades financeiras e de seguros" (secção K) e da "Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória" (Secção O). Para além das **empresas e dos empresários em nome individual**, são também contabilizados os **trabalhadores independentes**. As unidades empresariais relativas às sociedades gestoras de participações sociais não são consideradas no universo de referência.

potencial de transformação económica proporcionado pela implementação EFM Alqueva. Esta dinâmica encontra-se também traduzida nos dados analisados com base nas fontes INE e Quadros de Pessoal/ MTSS. Apesar do dinamismo observado neste setor, deve reconhecer-se que o seu contributo para o desenvolvimento de atividades a jusante (vd. fileira agroindustrial alimentar e não-alimentar) se encontra ainda abaixo daquilo que seria desejável. Se esta fileira se afirmar, como o aumento de exportações de alguns produtos alimentares já o indica, as implicações em termos de necessidades de qualificações são claras.

É também expectável que continue em crescimento o complexo de atividades ligadas ao turismo, tanto em termos quantitativos como qualitativos (ainda que o aeroporto de Beja não tenha cumprido as expectativas a este nível e que a pandemia de COVID-19 esteja a implicar um período de grandes dificuldades para o setor). Tudo indica que esta fileira continuará a gerar oportunidades de investimento e emprego e a exigir crescentes qualificações. Já relativamente às atividades industriais, o referido documento destaca que o VAB gerado pelas atividades industriais registou uma retração no passado recente (de -4,9%), diferenciando-se assim do desempenho positivo que apresentaram a nível nacional e, sobretudo, no Alentejo (+10,9% e +19,1%, respetivamente). O peso incontornável continua a ser detido pelo setor mineiro na economia regional, concentrando em 2017 quase 2/3 (63,7%) das exportações de bens com origem no Baixo Alentejo e um peso relevante em termos de pessoas ao serviço (5,4% do total de pessoas ao serviço nas empresas não financeiras do Baixo Alentejo, em 2019).

Em pleno período pandémico o desemprego registado (IEFP, 2020, média anual) no Baixo Alentejo afetava, na sua maioria, ativos com o nível básico, ou inferior, de escolaridade, situação não alheia ao perfil de escolaridade dos ativos. A percentagem de desemprego registado jovem (menos de 25 anos) era, naquele ano, mais expressiva no Baixo Alentejo (15,4%) quando comparado com o Alentejo (13,4%) e com o Continente (11,3%).

Destaca-se, também, a elevada expressão do desemprego registado de ativos com nível secundário de educação, mesmo quando comparado com a média regional, do Alentejo e do Continente. A eventual menor quantidade de ofertas e de oportunidades de emprego disponíveis nestes concelhos são variáveis a considerar na análise deste dado.

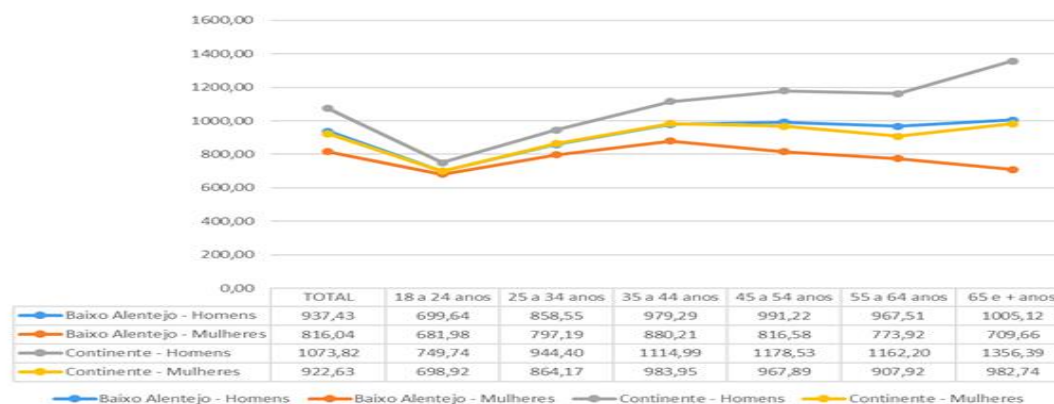
De acordo com informação constante no documento da EIDT, o Baixo Alentejo evidenciava um menor desempenho em indicadores como o ganho médio mensal (92,6% do valor médio nacional) ou a disparidade no ganho médio mensal segundo o nível de habilitações (24,0%, contra 34,3% a nível nacional). Dados mais recentes (outubro 2019) dos Quadros de Pessoal, e sem prejuízo de atendermos às

Cofinanciado por:



limitações da fonte e do universo de análise subjacente, indicam, no que respeita às remunerações base médias, uma disparidade significativa por género e grupo etário, associado a uma prevalência de remunerações base mais baixas nos trabalhadores mais jovens. De forma geral, no Baixo Alentejo, e com base neste mês referência – outubro 2019 – a remuneração base dos ativos empregados é bastante inferior à remuneração base no conjunto do Continente. E esta situação é transversal ao género.

Gráfico 3 – Remunerações base médias, por género e grupo etário, no Continente e Baixo Alentejo, outubro 2019



Fonte: GEP/MTSSS, Quadros de Pessoal

Obs: Remuneração Base - montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago aos trabalhadores, com carácter regular mensal, referente ao mês de outubro e correspondente às horas normais de trabalho

Cofinanciado por:



2.3. Educação e Formação

Como elementos de enquadramento do objeto central do estudo – as necessidades e a oferta de qualificações intermédias no Baixo Alentejo - importa conferir atenção à evolução de algumas variáveis e dinâmicas associadas à participação dos jovens em educação e formação e ao sucesso escolar e educativo⁴. Estes elementos permitem situar alguns dos **desafios educativos e formativos que se colocam ao território e que encontrarão também nas modalidades de dupla certificação espaço de concretização e de resposta**.

Ainda que alguma informação só esteja disponível para as NUT 2 e cada território tenha a sua realidade, podemos considerar que o Baixo Alentejo não será alheio às principais tendências identificadas ao nível do abandono escolar precoce e à inatividade jovem verificadas para a região mais alargada, o Alentejo.

É significativa a percentagem de jovens (15-34 anos) residentes no Alentejo que no final de 2020 se encontravam, segundo os critérios estatísticos de aferição utilizados no Inquérito ao Emprego (INE), em situação de inatividade - 10% dos jovens residentes naquele grupo etário não estavam a trabalhar nem a frequentar qualquer ação de educação ou formação. Se considerarmos apenas o grupo 25-34 anos constatamos que esta realidade assume ainda uma expressão mais relevante, uma vez que 12,4% dos jovens residentes no Alentejo, não estudavam nem trabalhavam.

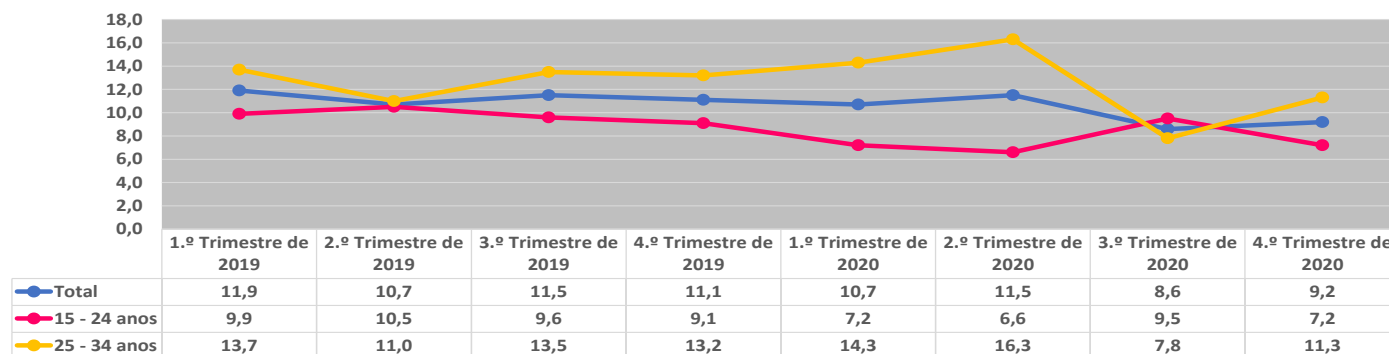
Ainda que dados mais recentes do inquérito ao emprego (1º, 2º e 3º trimestre de 2020) pareçam indicar, do ponto de vista estatístico e considerados os critérios de aferição utilizados pelo INE, muitas oscilações no comportamento deste indicador e efeitos incertos da crise pandémica na atividade jovem, esta é uma realidade que importa conhecer e monitorizar. Existe um desafio a que importa responder e um espaço de educação-formação que urge ocupar.

⁴ A caracterização do sistema e da rede educativa do Baixo Alentejo, bem como o aprofundamento das dinâmicas de participação em educação-formação e a evolução do sucesso escolar, são dimensões de trabalho aprofundado, com informação eventualmente mais atual, no Plano Estratégico de Educação, que está em fase de conclusão. No âmbito do diagnóstico SANQ destacam-se apenas algumas dinâmicas e variáveis de enquadramento da dinâmica das qualificações intermédias.

Cofinanciado por:



Gráfico 4 - Taxa de jovens (15 e 34 anos) não empregados e que não em educação ou formação, por grupo etário, no Alentejo, 1º T 2019-4ºT 2020



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego

Paralelamente, constata-se que o abandono escolar precoce dos jovens com idade entre 18-24 anos tem vindo a diminuir muito significativamente, tendo sido esta uma das principais conquistas do nosso sistema educativo.

A redução muito significativa do abandono escolar precoce verificada ao longo da última década não permite, contudo, desvalorizar o facto de, em 2019, 12,7% dos jovens residente na região do Alentejo com idade entre 18 e 24 anos, abandonarem precocemente a escola, ou seja, sem concluírem o nível secundário de educação (fonte: Eurostat). Também no Continente a taxa de abandono escolar precoce é ainda expressiva embora inferior à verificada no Alentejo.

Ao que apuramos, o abandono escolar precoce vai ser acompanhado, em Portugal, com base no registo do percurso individual dos estudantes e não apenas por via dos resultados extraídos do Inquérito ao Emprego, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Esta forma mais apurada de recolha de informação permitirá com certeza dispor de dados com maior qualidade e, consequentemente, potenciar a qualidade da ação educativa territorial.

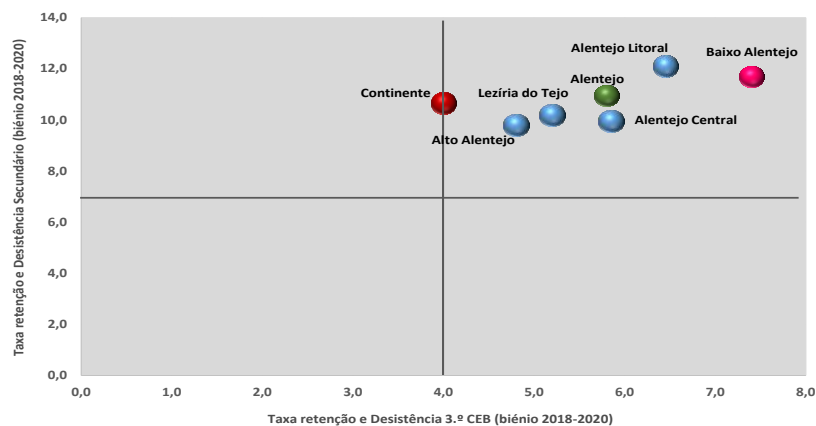
Cofinanciado por:



A inatividade jovem e o abandono escolar precoce são dimensões chave na afirmação da competitividade, da sustentabilidade e da coesão do Baixo Alentejo. E são variáveis a considerar quer na estratégia de organização e perfil (territorial e curricular) da oferta educativa e formativa, quer no Plano Estratégico de Educação.

As taxas de retenção e desistência têm conhecido um decréscimo acentuado, e consistente, ao longo dos últimos 10 anos, pese embora a variabilidade e incerteza introduzidas pelo contexto pandémico.

Gráfico 5 - Taxa de retenção e desistência por nível de ensino, no Continente e Alentejo, por CIM, biénio 2018-2019/ 2019-2020 (%)



Fonte: DGEEC/MED - MCTES

A este **decréscimo da retenção e desistência** não serão com certeza alheias as apostas várias na valorização da educação e dos percursos educativos, os projetos de promoção do sucesso escolar, levados a cabo por escolas, e os projetos de promoção do sucesso educativo dinamizados pelas Comunidades Intermunicipais e municípios. Contudo, no biénio 2018-2019/ 2019-2020, os dados disponíveis (DGEEC) colocam o Baixo Alentejo numa posição relativamente mais desfavorável que a região do Alentejo no que respeita

Cofinanciado por:

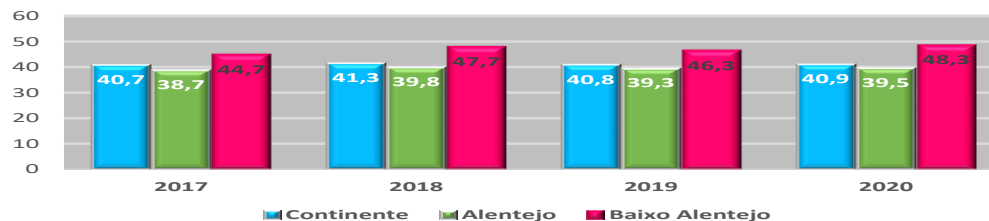


ao 3º ciclo e ao secundário. No que respeita ao nível secundário de educação, o número de alunos jovens tem revelado uma tendência de decréscimo; admite-se, contudo, que a prossecução da universalidade da escolaridade obrigatória possa atenuar esta tendência.

A resposta a estes desafios, a contemplar na estratégia educativa regional, requer atenção às metas e orientações de política educativa e, também, o conhecimento e o acompanhamento da procura social, considerando as diferentes modalidades para a frequência e conclusão do nível secundário de educação, nomeadamente: os cursos científico-humanísticos, apelidada frequentemente de via geral, as modalidades de dupla certificação e, com diferente natureza, menor expressão mas igual significado, os cursos EFA e a formação modular.

No Baixo Alentejo a participação dos jovens em percursos de dupla certificação de nível secundário foi, no período 2016-2017 a 2019-2020, crescente e comparativamente mais elevada do que a verificada no Alentejo e do Continente.

Gráfico 6 - Taxa de participação em vias profissionalizantes (*) de alunos jovens matriculados no ensino secundário– 2016/ 2017 a 2019/2020



Fonte: Pordata; DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar

(*) cursos de aprendizagem, cursos profissionais, cursos de educação e formação de jovens (CEF) e cursos tecnológicos (sem expressão na região)

Importa assim sublinhar, que a percentagem de alunos que, frequentando o nível secundário de educação, optaram pelas modalidades de dupla certificação é, no Baixo Alentejo, elevada e próxima da meta traçada para o país (50%). E trata-se, evidentemente, de uma realidade a considerar nas apostas subjacentes à estratégia educativa.

Cofinanciado por:



2.4. Estratégia e Políticas Regionais

A **Estratégia Regional Alentejo 2030**, principal pilar da política de coesão e desenvolvimento regional, aposta na valorização de um conjunto de ativos regionais numa tripla lógica: atratividade por via da qualidade de vida e dos serviços; valorização económica de ativos e recursos intensivos em território; e especialização inteligente.

Os desafios regionais assumidos nesta estratégia são geradores de oportunidades para a qualificação e inovação nas atividades consolidadas ou tradicionais e para a emergência de novas atividades, emprego, competências e, também, qualificações intermédias. Os instrumentos de política e a efetivação das apostas consagradas na estratégia regional, favorecem a atração de investimento gerador de maior valor acrescentado, o empreendedorismo, a atração de profissionais qualificados e dinâmicas colaborativas entre o sistema regional de transferência de tecnologia e as empresas.

Numa perspetiva de síntese das principais apostas assumidas nos documentos de política regional, destacamos a **digitalização e a circularidade da economia como domínios transversais** e enquadramentos dos seguintes domínios de especialização:

- Os serviços às pessoas e famílias, nos domínios da educação, saúde, cultura e ação social. Requer-se inovação social na dinamização de atividades de inclusão social, nas formas de acesso aos serviços essenciais, às TIC e cidadania, à monitorização de dinâmicas sociais e urbanas, às novas formas de emprego e trabalho, à inovação organizacional.
- As atividades ligadas à valorização do património cultural e natural, bem como as que se relacionam com os serviços de ecossistema e com as externalidades positivas da agricultura e floresta.
- As indústrias culturais e criativas, sobretudo associadas à valorização turística e de enriquecimento de produtos de identidade regional, com novas aplicações tecnológicas, soluções digitais e multimédia.
- A fileira da gestão dos recursos naturais e das matérias-primas, numa lógica de circularidade e descarbonização, desde a gestão de resíduos urbanos às atividades no âmbito da bioeconomia circular. A aposta na bioeconomia sustentável refere a necessidade de inovação nas fileiras da alimentação, agricultura, silvicultura, energias (biomassas, biometano, bio-refinarias...).
- Os principais *clusters* e cadeias de valor tradicionais – agroalimentar (incluindo a componente logística associada), o turismo, recursos minerais – e emergentes – energias renováveis e mobilidade sustentável (incluindo o reforço da cadeia de valor regional no *cluster* aeronáutica).

Cofinanciado por:



- Os serviços de turismo e hospitalidade – alojamento, restauração, lazer e serviços complementares com crescente incorporação do uso de soluções tecnológicas, digitais, de comunicação e de acesso a experiencição das ofertas territoriais.

Na resposta a estes desafios, **a educação, a formação e o desenvolvimento de competências**, individuais e coletivas, assumem particular centralidade e são domínios de investimento destacados como fundamentais pelo sistema de atores.

A CIMBAL tem vindo a dedicar atenção crescente à educação e formação enquanto pilares do desenvolvimento regional e da resposta aos desafios económicos e sociais do território. A dinamização do Observatório de Educação do Baixo Alentejo, a revisão das Cartas Educativas Municipais, a construção do Plano Estratégico Educativo do Baixo Alentejo, o projeto de Antecipação de Necessidades de Qualificações intermédias e a execução do Plano Inovador Integrado de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE)/ Projeto +Sucesso Educativo no Baixo Alentejo, ilustram bem a aposta na construção e alinhamento de uma visão partilhada no que respeita à política educativa regional.

Considerando o conjunto de projetos que corporizam a ação educativa intermunicipal, concluímos pela existência de 5 áreas fundamentais de aposta que, de forma articulada, respondem e/ ou poderão responder a **desafios colocados pela estratégia de desenvolvimento regional**:

- A produção e partilha de informação, de práticas e de conhecimento para decisões mais informadas e estratégicas no que respeita à política e projetos educativos e formativos regionais.
- A organização e desenvolvimento da rede educativa, geradora de condições de acesso à educação e de escolhas de percursos e coerente com o quadro de recursos.
- A informação, comunicação e valorização da educação, do seu valor social, económico e das modalidades educativas, construindo uma visão global e integrada da oferta educativa através, nomeadamente, da partilha de boas práticas e experiências.
- O apoio efetivo, através de projetos complementares aos das escolas e dos municípios, à valorização de aprendizagens essenciais e transversais– tecnologia, línguas, matemática, comunicação, entre outras -, possibilitadoras de escolhas mais informadas, da formação de cidadãos e da resposta a *drivers* de mudança económica e social;

Cofinanciado por:



- E, por fim, a aposta na valorização das qualificações intermédias, através da melhoria da coerência e qualidade da rede de ofertas, da comunicação das saídas profissionais e do apoio à qualidade do ensino-aprendizagem.

Estes desafios e apostas são partilhados pelo sistema de atores e, especificamente, pela comunidade educativa. A auscultação de entidades e profissionais e as sessões de trabalho realizadas com municípios, escolas e empresas, permitem validar a importância estratégica das Atividades contempladas no Projeto + Sucesso Educativo, a pertinência de um Plano Estratégico Educativo para o Baixo Alentejo, os domínios de especialização e de conhecimento a promover na resposta aos desafios sociais, ambientais e económicos e, consequentemente, validar e reforçar a centralidade da educação, da cidadania, das competências e da qualificação no aumento da competitividade, sustentabilidade e coesão do território do Baixo Alentejo.

2.5. Expressão e Rede de Qualificações Intermédias

As modalidades de dupla certificação são significativas nas opções dos alunos que se matriculam no ensino secundário: 48,3%, ou seja, aproximadamente metade dos alunos que no ano letivo 2020-2021 ingressaram no nível secundário de educação em escolas do Baixo Alentejo matricularam-se numa modalidade de dupla certificação.

No quadro das modalidades de dupla certificação, os **cursos profissionais assumem forte centralidade nas escolhas dos jovens**, situação que, em boa parte, se associa à organização da rede escolar e ao facto dos cursos profissionais serem uma oferta significativa em vários municípios e exclusiva, em alguns outros. Considerado o período 2017-2020, a grande maioria dos jovens matriculados no ensino secundário num percurso de dupla certificação optou pelos cursos profissionais.

Cofinanciado por:



Gráfico 7 – Expressão dos cursos profissionais nas modalidades de dupla certificação, Baixo Alentejo



Fonte: Pordata; DGEEC/ME-MCTES - Recenseamento Escolar

À exceção de Beja, em todos os concelhos do Baixo Alentejo os cursos profissionais representam, estatisticamente, a oferta única no âmbito da dupla certificação. Dizemos estatisticamente na medida em que os dados da aprendizagem que nos foram disponibilizados têm por referência a sede do IEFP, o que não quer dizer que não existam cursos de aprendizagem a funcionar noutros concelhos com impactos na qualificação de jovens neles residentes. A presença de oferta de cursos de aprendizagem (nível 4) e cursos de especialização tecnológica (nível 5), da responsabilidade do IEFP, têm significado nalgumas áreas de educação-formação e apresentam uma tendência de decréscimo em termos do número de ações e do número de alunos.

A oferta de cursos de aprendizagem tem estado centrada em 3 principais áreas: mecatrónica e mecatrónica automóvel, que constitui uma área muito expressiva na oferta do CFP Beja, uma área em que existem recursos, humanos e materiais, significativo e, também uma área de forte complementaridade com a oferta dos cursos profissionais; restaurante/ bar; e informática. Destaca-se, contudo, a oferta, no período considerado, de outros cursos mais diferenciados no âmbito do sistema de aprendizagem, nomeadamente: o Técnico/a Auxiliar de Farmácia e o Técnico/a de Logística.

A presença, na região, de operadores com áreas de oferta especializada e de escolas com algumas apostas diferenciadas constitui um elemento de valor acrescentado para a formação dos jovens, para a consolidação de ofertas necessárias e, consequentemente, para a valorização dos empregos e do território.

Qualificações intermédias produzidas no âmbito dos Cursos Profissionais

Centramo-nos agora nos cursos profissionais, a modalidade com maior expressão no contexto das modalidades de dupla certificação, principal fonte de produção de qualificações intermédias (N4) no Baixo Alentejo e o objeto central do estudo.

Cofinanciado por:



No passado recente, são 17 as escolas da rede do Ministério da Educação – Escolas Públicas e Escolas Profissionais - com histórico de oferta de cursos profissionais. Em Barrancos não existe oferta de cursos profissionais e, em alguns outros concelhos, como Ferreira do Alentejo ou Ourique, não abriram cursos num ou outro ano letivo.

Identifica-se uma margem de progressão ainda significativa no que respeita à diversificação e/ ou especialização da rede de oferta, nomeadamente em áreas de procura e/ ou necessidade da economia regional. Existe também uma potencial de evolução ao nível da coerência territorial das ofertas.

Destacam-se como muito positivos os efeitos já visíveis do trabalho de cooperação institucional, informada por uma estratégia de diferenciação de oferta, no grupo de concelhos a sul e sudoeste de Beja (Aljustrel, Ourique, Castro Verde, Almodôvar e Mértola) e a progressiva diversificação e coerência da rede regional.

No presente ano letivo 2021-2022 abriram 26 turmas em 15 escolas (7 privadas e 8 públicas), num total de 21 cursos diferentes, inseridos em 16 áreas de educação formação (AEF). Abriram cursos profissionais em 11 dos 13 municípios. Comparativamente a 2020-2021, o desporto perdeu importância no conjunto das turmas de 1º ano abertas, a produção agropecuária manteve a sua centralidade e as ciências informáticas e a hotelaria e restauração reforçaram o seu peso relativo na oferta de 1º ano dos cursos profissionais. Perdeu-se alguma diversidade (em 2020-2021 abriram 23 cursos diferentes), reforçou-se a relevância média da oferta e aumentou o nível de articulação territorial da rede.

Quando analisamos a **evolução, nos últimos quatro anos**, do número de turmas e de alunos no 1º ano dos cursos, os seguintes aspetos merecem particular reflexão:

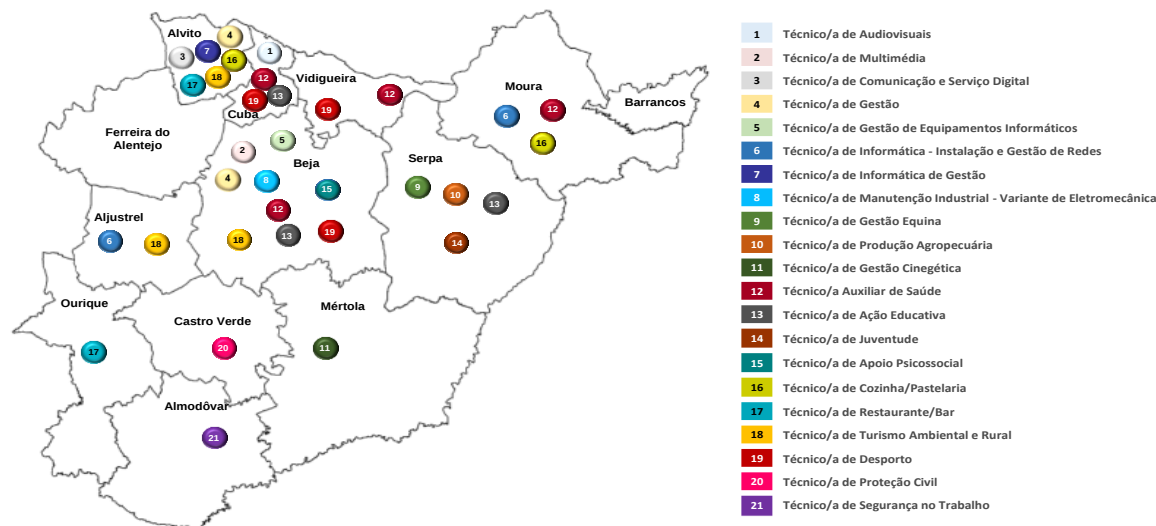
- Apesar do decréscimo do número de alunos, que reflete o comportamento da demografia escolar, o Baixo Alentejo tem revelado alguma **persistência/ resistência na abertura de turmas**, respondendo à procura social e às necessidades do território e dos empregadores.
- A diversidade de estratégias escolares, os recursos mobilizados, a representação social, menos favorável, de algumas saídas profissionais, a baixa densidade, a demografia e um planeamento da rede em processo de consolidação, são, entre outros, fatores que estão na base da **variabilidade de respostas, do número de turmas, do perfil da oferta e dos nichos de inovação**.

Cofinanciado por:



- Permanece uma significativa **concentração geográfica** de turmas de cursos profissionais em 5 municípios da região - Beja, Serpa, Moura, Cuba e Alvito - sendo que nos restantes existem duas ou uma turma em funcionamento.

Gráfico 8 – Cursos profissionais em funcionamento no Baixo Alentejo, por curso– 1º ano do ano letivo 2021/22



Fonte: Sigo

- O número médio de alunos/ turma tem decrescido, constituindo uma tendência generalizada, sobretudo em regiões de baixa densidade como é o caso do Baixo Alentejo. O **número de alunos/ turma** é uma questão frequentemente referida pelos responsáveis das escolas e associada quer à necessidade de (re)pensar modelos educativos ajustados às dinâmicas territoriais, quer como realidade que, nalguns cursos, tem de ser reconhecida e aceite para manter oferta relevante para o território (ex:

Cofinanciado por:



A inovação na rede de cursos profissionais, traduzida na proposta de novos cursos, qualificações diferenciadoras ou reforço da coerência territorial da oferta, verificou-se também na rede proposta para o próximo ano letivo, 2022-2023.

Tabela 1-Rede de qualificações intermédias proposta e aprovada para 2022-2023, por AEF

Áreas de Educação e Formação	Nº de qualif/ cursos diferentes	Nº de turmas	Municípios com oferta na AEF
213 Audiovisuais e Produção dos Media	2	2	Beja, Castro Verde, Cuba, Moura
341 Comércio	1	1	Alvito e Serpa
345 Gestão e administração	1	1	Alvito e Beja
346 Secretariado e trabalho administrativo	1	0,5	Aljustrel
481 Ciências informáticas	4	2,5	Alvito, Beja, Cuba e Ferreira do Alentejo
521 Metalurgia e metalomecânica	1	0,5	Beja
522 Eletricidade e energia	1	0,5	Aljustrel
524 Tecnologia dos processos químicos	1	1	Almodôvar
541 Indústrias alimentares	2	1,5	Mértola, Moura e Serpa
621 Produção agrícola e animal	3	3	Serpa e Vidigueira
623 Silvicultura e caça	1	1	Mértola
727 Ciências farmacêuticas	1	0,5	Beja
729 Saúde - progr não classificados noutra AEF	1	2	Beja, Cuba, Moura e Vidigueira
761 Serviços de apoio a crianças e jovens	1	2	Beja, Cuba e Ferreira do Alentejo
762 Trabalho social e orientação	1	1,5	Beja e Vidigueira
811 Hotelaria e restauração	2	2	Alvito e Moura
812 Turismo e lazer	1	2,5	Alvito, Beja, Moura e Ourique
813 Desporto	1	1	Cuba e Vidigueira
850 Proteção do ambiente - programas transversais	1	1	Castro Verde e Serpa
861 Proteção de pessoas e bens	1	0,5	Beja
862 Segurança e higiene no trabalho	1	0,5	Mértola
	30	28	

Fonte: SIGO

A proposta de rede 2022-2023 que, segundo informação disponível no momento se encontra aprovada, resultou de um processo de planeamento informado e participado (Escolas, DGEstE CIMBAL) e contempla um conjunto de 30 cursos, enquadrados em 20 Áreas de Educação e Formação (AEF) e organizados em 28 turmas.

Cofinanciado por:



Das 17 escolas que apresentaram propostas de abertura de cursos para 2022-2023, 13 escolas introduziram ajustamentos face à oferta do ano anterior (2021-2022) ou propuseram cursos novos na rede, num total de 10.

Tabela 2-Cursos novos aprovados para 2022-2023, por município

Municípios	Cursos novos na rede (face a 2021-2022)
Aljustrel	Técnico/a Administrativo/a
Aljustrel	Técnico/a de Instalações Elétricas
Almodovar	Técnico/a de Análise Laboratorial
Beja	Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
Beja	Técnico/a Auxiliar de Farmácia
Castro Verde e Serpa	Técnico/a de Gestão do Ambiente
Ferreira do Alentejo	Técnico/a de Informática - Sistemas
Moura e Mértola	Técnico/a de Controlo de Qualidade Alimentar
Serpa	Técnico/a de Indústrias Alimentares
Vidigueira	Técnico/a Vitivinícola

Fonte: SIGO

As propostas das escolas resultam de **estratégias diversificadas, explícitas ou implícitas, de oferta e de posicionamento na rede.**

De um modo geral, identificamos escolas enquadradas em três grandes tipos de estratégias, que se associam a contextos diferenciados (geográficos, sociais, de recursos): escolas com regularidade de ofertas num passado recente, na maioria ofertas especializadas e que atraem jovens de outros territórios; escolas com algumas apostas diferenciadas/ inovadoras e pontuais e com dificuldade de afirmação; e escolas com variabilidade significativa de cursos e dificuldade de consolidação de estratégias de oferta. No geral, e sem prejuízo das exceções, as escolas lutam pela atração de alunos, organizam-se para responder a procura variáveis e avaliam inovações possíveis de oferta de qualificações, assegurando ofertas enquadradas no seu leque de recursos e competências.

Cofinanciado por:



A concretização da rede proposta, ou seja, a efetiva abertura de cursos, é exigente também do ponto de vista da informação e mobilização da procura social. De facto, na proposta aprovada para o ano letivo 2022-2023, a expressão de novos cursos é significativa, incluindo áreas de educação e formação novas na rede que requerem informação, mobilização e comunicação com a população escolar

Destacam-se, pela diferenciação, face a anos anteriores e ao contexto territorial alargado, e/ ou pela relevância na resposta a necessidades identificadas, os cursos propostos nas seguintes áreas: “Ciências Farmacêuticas”, “Indústrias Alimentares”, “Tecnologia dos Processos Químicos” e, também, “Proteção do Ambiente”, “Proteção de Pessoas e Bens” e “Higiene e Segurança no Trabalho”.

A área da “Produção Animal e Agrícola” afirma-se como área consolidada no território, com o maior número de turmas propostas concentradas em Serpa, fundamentalmente, e com a persistente aposta do “Técnico Vitivinícola” na Vidigueira. A “Silvicultura e Caça” ganha espaço de afirmação em Mértola e a “Hotelaria e Restauração” afirma-se como área de oferta consolidada em Alvito, embora com espaço de crescimento noutros municípios. As áreas dos “Audiovisuais e Produção do Media”, das “Ciências Informáticas”, da “Saúde” e do “Turismo e Lazer” apresentam uma expressão territorial mais alargada, com oferta em escolas localizadas em 4 municípios.

Sobre a rede agora proposta e perspetivas da sua evolução e enriquecimento, três notas adicionais de reflexão:

- As áreas da “Eletricidade e Energia” e da “Metalurgia e Metalomecânica” continuam a ter uma expressão reduzida, sendo relevante avaliar a possibilidade de cooperação de recursos, por exemplo com o IEF, para aumentar a produção de qualificações necessárias em setores industriais presentes no território.
- Na área do “Turismo e Lazer”, importante do ponto de vista da concretização de apostas contempladas na Estratégia 2030 do Baixo Alentejo, estão propostas 2,5 turmas, distribuídas por 4 municípios, e concentradas num mesmo curso: “Turismo Ambiental e Rural”, com um referencial modular. A AEF do “Turismo e Lazer” integra já um outro conjunto de cursos organizados em resultados de aprendizagem que importa as escolas explorarem, com o objetivo não só de diversificar a oferta de qualificações nesta área, mas, fundamentalmente, com o objetivo de reforçar a qualidade, e a intencionalidade, das práticas e contextos de ensino-aprendizagem.
- Por último, uma nota sobre a importância de conhecer e monitorizar resultados dos processos e percursos educativos e formativos para promover qualidade e inovação na rede de oferta.

Cofinanciado por:



The map shows the following municipalities and their associated sampling points:

- Alentejo:** 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23
- Beja:** 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23
- Évora:** 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

- | | |
|----|---|
| 1 | Técnico/a de Audiovisuais |
| 2 | Técnico/a Comercial |
| 3 | Técnico/a de Vendas e Marketing |
| 4 | Técnico/a de Comunicação – Market., Relações Púb. e Pub. |
| 5 | Técnico/a de Gestão |
| 6 | Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos |
| 7 | Técnico/a de Informática de Gestão |
| 8 | Técnico/a de Manut. Industrial - Variante de Eletromecânica |
| 9 | Técnico/a Instalador/a de Sistemas Solares Fotovoltaicos |
| 10 | Técnico/a de Gestão Equina |
| 11 | Técnico/a de Produção Agropecuária |
| 12 | Técnico/a Vitivinícola |
| 13 | Técnico/a Auxiliar de Saúde |
| 14 | Técnico/a de Apoio à Infância |
| 15 | Técnico/a de Juventude |
| 16 | Técnico/a de Apoio Psicosocial |
| 17 | Técnico/a de Cozinha/Pastelaria |
| 18 | Técnico/a de Restaurante/Bar |
| 19 | Técnico/a de Turismo |
| 20 | Técnico/a em Animação de Turismo |
| 21 | Técnico/a de Apoio à Gestão Desportiva |
| 22 | Técnico/a de Desporto |
| 23 | Técnico de Higiene e Segurança do Trabalho e Ambiente |

SIGO

2.6. Dinâmica das qualificações intermédias: necessidades e procura

No quadro da metodologia definida para os estudos de antecipação de necessidades de qualificações intermédias (SANQ – Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações) a identificação de necessidades e procura de qualificações é realizada utilizando duas perspetivas: i) uma análise das tendências de evolução recente do emprego nas qualificações intermédias, ou seja, uma análise retrospectiva; ii) e uma análise de caráter prospetivo, suportada na identificação de necessidades e procura de qualificações intermédias a partir de quatro principais elementos: os *drivers* de mudança com impacto nas qualificações intermédias, a análise de documental, o inquérito aos empregadores e as recolhas de terreno (informação qualitativa). **É uma síntese das conclusões mais relevantes do diagnóstico que aqui agora apresentamos.**

2.6.1. Onde pode crescer o emprego jovem nas qualificações intermédias – tendências recentes

Na componente retrospectiva, a dinâmica das qualificações intermédias foi aferida a partir da análise de informação estatística sobre o emprego jovem entre 2015 e 2019 (Quadros de pessoal, GEP/ MTSS) complementado com a análise do desemprego registado (IEFP). Para isso, estabeleceu-se uma correspondência entre as profissões da CP e as qualificações, de modo a ser possível aferir, estatisticamente, a dinâmica de evolução do emprego e da procura de técnicos intermédios. Para possibilitar uma análise mais consistente, e uma vez que a diversidade e número de profissões e qualificações é grande, criamos domínios técnico-profissionais. **Os domínios técnico-profissionais resultam da agregação de qualificações/ cursos que apelam a um tronco comum de competências e integram-se numa mesma área funcional.**

Retenhamos alguns números para situar a relevância desta aferição de tendências com base em histórico de emprego.

Nº de pessoas ao serviço nos estabelecimentos no Baixo Alentejo em 2019 =26.981. Destes, 7,6% são trabalhadores jovens com idade entre os 15 e os 24 anos – *fonte: quadros de pessoal. GEP/ MTSS*

Cofinanciado por:



São 17.879 os trabalhadores com profissões que podem ser associadas a qualificações intermédias, representando 66,3% do nº total de pessoas ao serviço:

- 34,7% (6.206 pessoas) tem o ensino secundário ou pós-secundário; as restantes têm nível de habilitação inferior, a maioria, ou nível superior
- 7,4% (1.318) são jovens com idades entre os 15 e os 24 anos, sendo que a maioria (1.170 jovens) têm entre 20 e 24 anos
- Dos jovens, com idade entre 20 e 24 anos que exercem profissões que podemos associar a qualificações intermédias (1.170), 65% têm o nível secundário de educação ou nível superior

Numa perspetiva de síntese do comportamento do emprego jovem nas qualificações intermédias num passado recente (2015-2019), e mobilizando os dados dos quadros de pessoal (GEP/ MTSS), procuramos responder à seguinte questão:

Em que domínios técnico-profissionais pode crescer a procura por emprego jovem, e por emprego jovem qualificado, considerando o comportamento recente do emprego jovem?

A resposta a esta questão conjugou três planos; a cada plano correspondem indicadores que permitem aferir:

- Os domínios nos quais podemos identificar **procura preferencial por emprego jovem** num passado recente.
- Os domínios que integram **profissões com tendência de rejuvenescimento**, ou seja, profissões nas quais tendencialmente a necessidade de substituição de mão de obra se colocará a mais curto prazo.
- A **tendência de up skilling** que nos permite refletir sobre o potencial de emprego jovem qualificado.

Em resultado da análise efetuada, explicitada no diagnóstico regional, **destacamos alguns domínios técnico-profissionais que, do ponto de vista da análise retrospectiva, apontam para necessidades de qualificações intermédias** e, mais especificamente, para um potencial crescimento do emprego jovem com qualificações intermédias.

Cofinanciado por:



- Surge evidente, na análise efetuada, a particular dinâmica e potencial crescimento do emprego jovem nos domínios profissionais relacionados com a **Operação e Condução/ Manobra de Máquinas e Equipamentos**, incluindo aqui o setor da transformação alimentar e o setor agrícola, com a **Maquinação, Manutenção e Reparação de Máquinas, Infraestruturas e Equipamentos em setores diversos** (eletricidade, mecatrónica, mecânica, eletromecânica, eletrónica, frio e refrigeração, etc), com o **Apoio a Idosos**, com a **Hotelaria e Restauração**, no que respeita às valências de restaurante/ bar, andares e receção e, também, as profissões do **Setor Agrícola e Agropecuário**, nomeadamente pelas tendências de qualificação progressiva e rejuvenescimento da mão de obra.
- São também significativos, embora menos que os anteriores, nesta análise retrospectiva, as dinâmicas e o tendencial aumento de procura de técnicos intermédios nos domínios da **Transformação Alimentar, da Logística, do Turismo, do Apoio à Gestão, da Saúde e Bem Estar** e num conjunto de profissões que se associam, frequentemente e tradicionalmente, a operadores menos qualificados. Falamos, entre outros, dos pedreiros, calceteiros, jardineiros, canalizadores, ladrilhadores, eletricistas, reparadores de máquinas e equipamentos.
- Curiosamente as **Ciências Informáticas**, sendo um domínio de crescimento generalizado de emprego e, nomeadamente, as redes, sistemas e a programação, não surgem, na análise retrospectiva, como área de potencial crescimento de emprego e dinâmica das qualificações intermédias. Para interpretar esta situação dois elementos são fundamentais: i) a análise retrospectiva do emprego é realizada com base no trabalho por conta de outrem, não contemplando assim o emprego por conta própria e o emprego por projeto ou avençado que, sabemos, assume forte expressão na área da informática e programação; ii) por outro lado, verifica-se uma tendência de preferência por qualificações de nível superior na área das ciências informáticas, associada ao grau de sofisticação de softwares, sistemas e redes.

2.6.2. Elementos de prospetiva: drivers de mudança, a “voz do terreno” e as necessidades

Neste ponto sintetizamos resultados da análise prospetiva, começando por explicitar *drivers* de mudança dos empregos, das competências e das qualificações e áreas de impacto potencial nas qualificações intermédias, e terminando com a síntese da aferição de necessidades, realizada no terreno (*focus group* e inquérito aos empregadores).

Cofinanciado por:



Drivers de mudança

As previsões macroeconómicas divulgadas por diferentes organismos internacionais, bem como relatórios publicados por instituições mundiais e europeias, identificam quatro principais *drivers* de mudança com impacto no emprego: económicos, tecnológicos, demográficos e ambientais. Estes *drivers* são partilhados por peritos, em estudos diversos, que detalham algumas áreas de impacto, nomeadamente:

- Os efeitos da pandemia nos setores económicos e do emprego na Europa assumiram um impacto desigual. Em parte essas desigualdades estão relacionadas com os **diferentes graus de exposição às tecnologias digitais**. A crescente necessidade de estabelecer relação entre consumidores, prestadores de serviços e agentes económicos que resultou da crise do coronavírus, quer seja através de reuniões remotas/à distância, de trabalho baseado em TIC ou mesmo na interação com o cliente *online* (comércio eletrónico), acentuou ainda mais o impacto negativo da pandemia no trabalho e nos rendimentos dos trabalhadores menos capacitados/habilitados no uso das tecnologias, suscitando a necessidade de promover e aumentar a literacia digital.
- As **alterações climáticas** apresentam-se como um importante *driver* de mudança e apontam para uma inevitável transição energética e para uma economia que aposta na neutralização carbónica. As respostas às alterações climáticas implicam mudanças nas formas de produção e de consumo.
- As grandes **tendências de mudança nas formas de trabalho** e os seus impactos previsíveis no emprego, competências e qualificações devem também ser consideradas. O relatório “The Future of Jobs” do Fórum Económico Mundial (2020) salienta a importância da expansão e uso das tecnologias no mercado de trabalho como acelerador da digitalização dos processos de trabalho e também identifica perfis de competências que as organizações requerem e valorizam, por setor de atividade.
- Um outro importante *driver* de mudança, transversal aos países do continente europeu, está associado às **alterações demográficas** e ao aumento da esperança média de vida, traduzidos na redução da taxa de natalidade e no crescente envelhecimento populacional. Estas alterações demográficas têm um previsível impacto nas necessidades de qualificações e de empregos, sugerindo, entre outros, a inovação na prestação de cuidados, a especialização e a diferenciação de serviços e a valorização da dimensão relacional no exercício profissional, apoiado em tecnologias em evolução permanente.

Cofinanciado por:



No Baixo Alentejo, a conjugação dos drivers de mudança no atual contexto sociodemográfico, coloca um conjunto de desafios aos quais importa conferir atenção:

- A rarefação demográfica, significando falta de recursos humanos para alimentar um processo de renovação e crescimento do emprego, com reflexos na atratividade de novas iniciativas empresariais.
- As baixas qualificações de uma grande parte dos ativos, relacionada com a saída dos mais qualificados e jovens.
- O eventual desfasamento entre os interesses e a procura de formação pelos jovens e as necessidades da economia regional, no modelo atual, associado à representação social das profissões. Esta questão, não é independente das duas anteriores e evoluirá à medida que a especialização e a modernização desses setores tradicionais se tornarem tendências claras.
- A presença crescente de imigrantes, na sua maioria pouco qualificados, muito vulneráveis a questões linguísticas, culturais e de integração nas comunidades, a insegurança de emprego e as más condições de vida.

Na perspetiva da dinâmica das qualificações intermédias, identificam-se os seguintes **elementos que podem alimentar o processo de ajustamento e desenvolvimento da oferta e procura**:

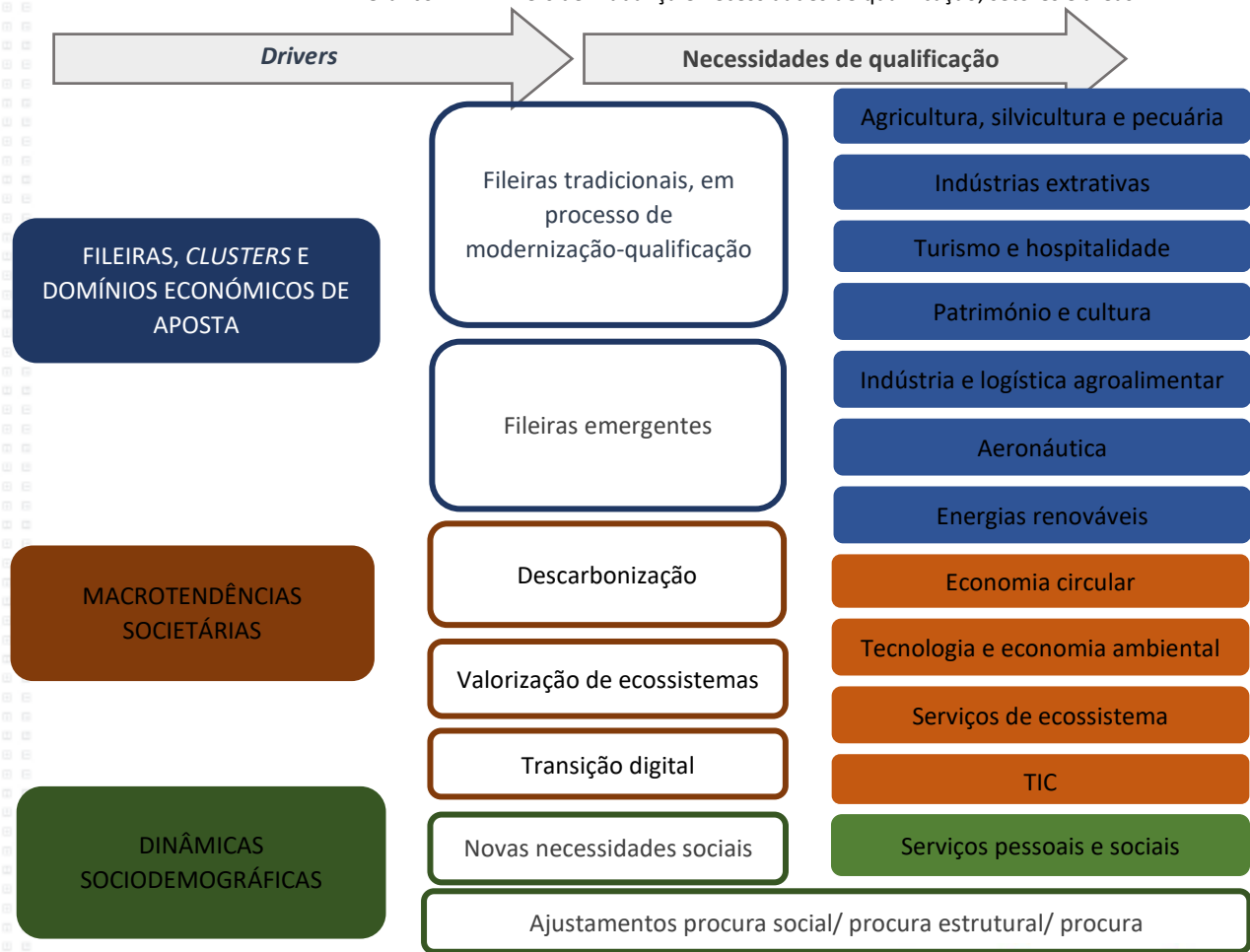
- As **apostas regionais num conjunto de setores-fileiras**, que fazem a transição de uma economia baseada em modos de produção tradicionais, com profissões pouco estimulantes e mal remuneradas, para um novo modelo inovador, dinâmico e extrovertido, que inclui a nova economia tradicional e um conjunto de setores emergentes.
- A **aceleração inevitável de um conjunto de dinâmicas da sociedade e da economia** (digitalização, circularidade, sustentabilidade...), que intensificará a procura de profissionais em áreas como a informática, as tecnologias, o ambiente, ...
- As **dinâmicas sociodemográficas**, que vão (i) exigir novas respostas, mais inovadores e eficientes, ao nível dos serviços de interesse geral, o que necessariamente implicará necessidade de uma nova capacitação organizativa e humana; (ii) induzir a necessidade de adaptar a oferta formativa às necessidades e aspirações dos mais jovens (assumindo que, nalguns casos, o seu futuro profissional pode não estar no Baixo Alentejo, mas podem ser formados nesta região) e da crescente comunidade imigrante (em que as formações profissionais devem também ter uma componente de natureza social e cultural).

Cofinanciado por:



O esquema seguinte procura sintetizar esta leitura, antecipando impactos nas qualificações intermédias

Gráfico 11 – Drivers de mudança e necessidades de qualificação, setores e áreas



Cofinanciado por:



A “voz do terreno” e as necessidades dos empregadores

As ideias e conclusões centrais da informação recolhida no terreno, nomeadamente junto do tecido empresarial, no que respeita às necessidades e procura de qualificações intermédias são as que aqui se apresentam.

Os domínios de qualificações cuja relevância é destacada pelos empregadores nos *focus group* realizados são, globalmente e consensualmente, reconhecidos por municípios e escolas, vão de encontro à necessidade de resposta aos drivers de mudança e apresentam coerência com os resultados da análise retrospectiva.

É o caso das **qualificações nos seguintes domínios**: Agricultura e Agropecuária; Cinegética, como nicho de especialidade e resposta a desafios de desenvolvimento e diferenciação do território; Transformação Alimentar; Operação, Manutenção e Reparação de Máquinas e Equipamentos (setor agrícola, setor hoteleiro, setor industrial); Áreas de Especialidade Técnica que servem transversalmente, ou mais especificamente, alguns setores (técnicos de mecânica, eletromecânica, eletrónica, mecânica hidráulica, mecatrónica, soldadura, eletricidade, instrumentistas); Animação em Turismo e o Enoturismo; Hotelaria e Restauração; Apoio Social e a Idosos; Saúde e Bem-estar; Ciências Informáticas; Conteúdos e Comunicação Digital.

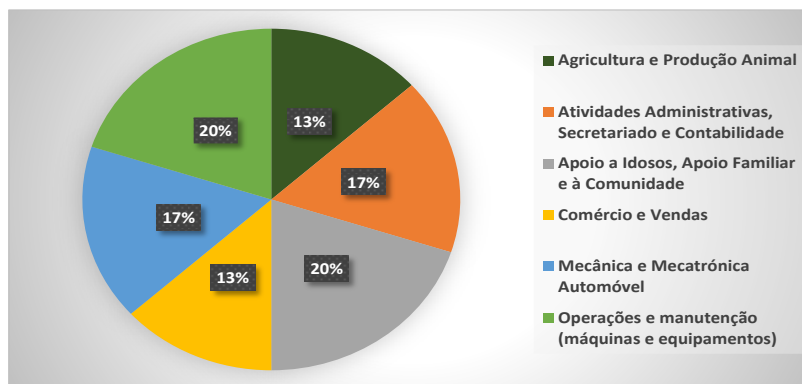
Os resultados das respostas de 49 empresas ao inquérito online aplicado a uma amostra de 158 empresas localizadas no Baixo Alentejo⁵, indicam que são diversas as necessidades e as áreas potenciais de recrutamento de ativos qualificados. Estes resultados, ainda que limitados pelo número de respostas e pela sua distribuição setorial, **apresentam grau significativo de coerência com as recolhas de terreno e com as tendências aferidas com base na análise retrospectiva.**

⁵ Na ausência de uma base proveniente da ANQEP, a CIMBAL reuniu um conjunto de informação e construiu uma listagem de empresas, distribuídas pelos 13 concelhos e pelos diferentes setores de atividade, ponderando os setores predominantes no Baixo Alentejo. O inquérito decorreu nos meses de agosto e setembro de 2021. A amostra, não estratificada por setor ou concelho (embora com cobertura territorial e setorial), bem como o número de respostas e a sua distribuição setorial não permite inferência de conclusões para o universo. Permite sim, acrescentar elementos à informação recolhida no terreno e noutras fontes, ponderando sempre a incidência setorial das respostas.

Cofinanciado por:

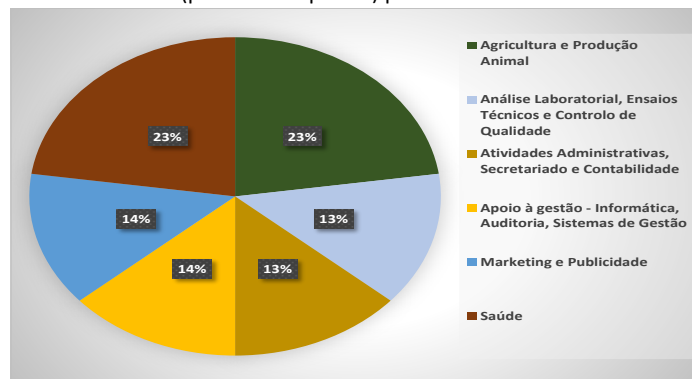


Gráfico 12 – Os domínios mais sinalizados (por mais empresas) para recrutamento de trabalhadores com 12º ano + formação profissional



Fonte: Inquérito online a uma amostra de 158 empresas do Baixo Alentejo (49 respostas)

Gráfico 13 – Os domínios mais sinalizados (por mais empresas) para recrutamento de trabalhadores com ensino superior



Fonte: inquérito online a uma amostra de 158 empresas do Baixo Alentejo (49 respostas)

Cofinanciado por:



Ainda que ponderando a distribuição setorial das respostas, podemos verificar que existem áreas em que a preferência é pelo recrutamento de **trabalhadores com qualificações intermédias** – Apoio a Idosos, Comércio e Vendas, Operação e Manutenção de Máquinas e Equipamentos, Mecânica e Mecatrónica Automóvel -, outras em que a preferência recai sobre o **nível superior de educação** – Análise Laboratorial, Apoio à Gestão, Saúde, Marketing – e outras há em que se prevê que o recrutamento incida sobre **técnicos intermédios e técnicos superiores**. Estão neste último grupo as Atividades Administrativas e de Secretariado e a Agricultura e Produção Animal.

Destacam-se, nas respostas dos empregadores ao inquérito, as necessidades de qualificações intermédias nos seguintes domínios chave:

- Operação, Manobra e Reparação de Máquinas e Equipamentos, que exigem especialidades técnicas diferenciadas consoante os setores (eletromecânica, mecânica, eletricidade, mecatrónica, eletrónica, hidráulica, entre outras), a Mecânica e a Mecatrónica Automóvel, a Agricultura e Produção Animal e o Apoio Social. Também como importante domínio de necessidades, transversal aos setores, evidencia-se as Atividades Administrativas de Apoio à Gestão.
- Outros domínios de necessidades, particularmente o Turismo (na vertente de animação, serviço, marketing de produto, informação) e a Hotelaria e Restauração, não surgem destacados como domínios de necessidade ou procura em resultado da quase nula expressão das respostas destes setores de atividade económica.

2.7. A relevância das qualificações intermédias no Baixo Alentejo

O **mapa de relevâncias**, instrumento do Sistema de Antecipação de Necessidades de Qualificações (SANQ) e produto do diagnóstico entregue à ANQEP, especifica as qualificações (as suas designações de acordo com o Catálogo Nacional de Qualificações), ponderando, de forma combinada, a **atribuição da notação da relevância (de 1 a 10) em função de diferentes variáveis**, nomeadamente: i) necessidades identificadas pelo mercado de trabalho; ii) oportunidades e tendências de prosseguimento de estudos, que geram a possibilidade de qualificações superiores necessárias e respondem à procura social; iii) histórico de oferta e volume de diplomados e de

Cofinanciado por:



alunos em final de percurso nas diferentes qualificações; iv) pertinência de reforçar inovações introduzidas na rede mais recentemente; v) e, também, a importância de induzir algumas ofertas, considerado o quadro de recursos existente na região.

Neste relatório síntese, optamos por explicitar os **domínios de qualificações** que, de acordo com o diagnóstico efetuado e os resultados combinados na análise retrospectiva e prospetiva, emergiram como mais significativos ou relevantes.

Três notas prévias:

- Encontramos complementaridade entre os resultados da análise retrospectiva, as recolhas de terreno e as necessidades ditadas pelo impacto dos drivers de mudança do emprego e competências explicitados.
- Identificam-se necessidades previsíveis, decorrentes dos desafios associados à digitalização, à alteração dos modos de trabalho, à eficiência energética, à valorização dos ecossistemas e às apostas da estratégia regional que surgem pouco explicitadas no discurso de terreno, talvez porque ainda não totalmente apropriadas ou “digeridas” ou conhecidas.
- Nem todas as necessidades identificadas correspondem a qualificações existentes no Catálogo; porque são especializações que devem ser obtidas com formação complementar, ou porque estão ainda a descoberto do sistema, e também porque algumas necessidades identificadas terão melhor resposta no âmbito de qualificações nível 2 ou 5 ou qualificações de nível superior.

Cofinanciado por:



Domínios de qualificações⁶ com relevância (muito alta, alta ou média alta) – por ordem alfabética

- Ação Educativa e Apoio a Crianças e Jovens
- Agricultura, Produção Agrícola e Produção Animal
- Animação socio cultural
- Apoio à Gestão - Atividades Administrativas, Secretariado e Contabilidade
- Apoio a Idosos
- Apoio Familiar e à Comunidade
- Audiovisuais e Produção dos Media (multimédia, audiovisuais, desenho digital,...)
- Eletricidade e Energia – Instalações elétricas, sistemas energéticos, refrigeração e climatização
- Eletromecânica
- Eletrónica e Automação
- Hotelaria e Restauração (sobretudo restaurante/ bar, andares e receção)
- Informática – programação, redes e sistemas
- Manutenção (Industrial, Hoteleira, Máquinas e Equipamentos – especializações técnicas diversas)
- Máquinas e Equipamentos Agrícolas – Operadores, Manobreadores, Técnicos de Reparação
- Marketing e Comunicação Digital
- Mecânica hidráulica
- Mecatrónica
- Saúde e Bem Estar
- Serviços de Transporte (técnicos de transporte e motoristas)
- Turismo – Animação, Atendimento e Acompanhamento, Enoturismo, Turismo Ambiental, Organização de Produto
- Transformação Alimentar, Controlo e Qualidade Alimentar
- Operadores diversos (operador apícola, serralheiros, eletricistas, canalizadores)

⁶ Utilizamos a estrutura de domínios técnicos e profissionais adotada para análise e manipulação da tabela de correspondência entre profissões e qualificações

Cofinanciado por:



Domínios de qualificações relevantes de nicho, diferenciadoras e/ ou com exigência de maior impulso/ mobilização de recursos, suporte e acompanhamento – por ordem alfabética

- Artesanato e Trabalho Manual (materiais e recursos endógenos)
- Conservação e Restauro (património e materiais)
- Construção Civil - Reabilitação
- Desenho Técnico
- Gestão Equina
- Higiene e Segurança no Trabalho
- Horticultura, Floricultura, Viveiros e Jardins
- Indústria Extrativa
- Museografia e Gestão do Património
- Proteção de Pessoas e Bens
- Proteção do Ambiente
- Silvicultura e Cinegética
- Sistemas Energéticos e Energias Renováveis
- Soldadura

Cofinanciado por:



3. REFLEXÕES E PROPOSTAS

Este capítulo é dedicado à síntese das reflexões e propostas resultantes do processo de prestação de serviços realizado e, particularmente, do percurso de elaboração do diagnóstico regional. Veicula reflexões e propostas partilhadas nas sessões de trabalho com instituições locais, empregadores e profissionais de educação e formação, procurando organizar contributos úteis do ponto de vista da construção, e operacionalização, da estratégia educativa regional (rede incluída) e propostas de ação que nos parecem significativas do ponto de vista da valorização da educação profissional e das qualificações intermédias.

Clarificamos seguidamente o nosso entendimento, e alguns conceitos, que nos parecem centrais para analisar e discutir o desenvolvimento das modalidades de dupla certificação de nível secundário e, nomeadamente dos cursos profissionais, enquanto modalidades com valor e espaço próprio no sistema educativo.

As **qualificações intermédias** são produzidas em contextos educativos e formativos, por operadores diversos, e, *strictu sensus*, encontram-se associadas a um **nível de educação, correspondente ao 12º ano, concluído num percurso de dupla certificação, escolar e profissional, permitindo a obtenção de um nível de qualificação profissional**. Num sentido mais amplo, podemos entender qualificações intermédias as reconhecidas pelos organismos competentes, obtidas pela frequência e conclusão, com sucesso, de um percurso de dupla certificação de nível não superior, incluindo aqui as diferentes formas de o obter e os percursos de formação profissional certificados, nomeadamente de especialização, complementares à formação de base.

Como em qualquer percurso educativo e formativo, o espaço e a valorização dos percursos de qualificação intermédia são entendidos no quadro geral de criação de futuros e de projetos de vida (pessoais e profissionais), sendo o sucesso educativo um pilar para a sua concretização. Neste contexto, **falamos de educação ou de ensino profissional, destacando à cabeça as seguintes dimensões:** i) a conclusão da escolaridade obrigatória e o sucesso escolar e educativo dos jovens que optam por estes percursos; ii) o espaço próprio das modalidades de dupla certificação no sistema educativo, predominantemente orientadas para o ingresso no mercado de trabalho e uma via para o prosseguimento de estudos; iii) as condições que permitem a produção das qualificações intermédias e, no quadro dos objetivos de política, o reforço do peso das modalidades de dupla certificação nas opções dos jovens que ingressam no nível secundário de educação.

Cofinanciado por:



Num contexto territorial, e considerando estas dimensões, **associam-se múltiplos fatores à valorização das qualificações intermédias** e, especificamente, das modalidades educativas de dupla certificação: i) a organização da rede escolar; ii) as lideranças e o espaço para a territorialização de políticas e investimentos; iii) os recursos (humanos e materiais) e as competências existentes e mobilizáveis; iv) a qualidade da relação entre o mundo da educação e formação e o mundo das profissões, dos empregos e das empresas; v) as representações sociais do valor da educação profissional e das modalidades de dupla certificação; vi) as práticas pedagógicas e as didáticas do ensino profissional e sua articulação, quer com a educação inclusiva quer com os projetos de desenvolvimento regional; vii) a orientação vocacional para escolhas informadas; viii) a partilha de conhecimento e a comunicação entre profissionais e instituições.

3.1. Educação profissional, estratégia e rede regional

A. Espaços para a ação regional

O **espaço e a valorização da educação profissional** e, especificamente, dos percursos educativos de dupla certificação, escolar e profissional, é um caminho com conquistas importantes e desafios múltiplos, quer no país, quer no Baixo Alentejo. Neste território, são amplamente partilhadas referências à **importância de uma educação profissional sólida, enquanto fator de inserção no mundo do trabalho, de exercício da cidadania e de formação dos jovens**. Estas referências são, nalguns casos e contextos, acompanhadas de representações sociais, realidades escolares e estratégias de informação e orientação dos jovens que teimam em associar, predominantemente, esta via educativa ao combate ao insucesso e ao cumprimento da escolaridade obrigatória. E ainda que estes sejam dois pilares fundamentais nos sistemas educativos, são-no em todas as modalidades de formação inicial.

Persiste ainda algum estigma do “valor social menor” das vias profissionalizantes e, apesar da sua valorização crescente e do trabalho das escolas e municípios na informação e mobilização dos jovens, elas não são, em parte significativa dos casos, “uma escolha natural” dos jovens e famílias. O número crescente de alunos a chegar cada vez mais jovens aos cursos profissionais, o aumento das taxas de inserção profissional nalgumas áreas, as estratégias e práticas de inclusão de algumas escolas, a evolução de modelos de cooperação com o tecido empregador e o reforço das possibilidades de acesso ao ensino superior, sobretudo aos CTesP, são fatores e realidades que assumem um papel central na melhoria da imagem e representações sociais do modalidade educativas de dupla certificação e, nomeadamente, dos cursos profissionais.

Cofinanciado por:



Assim, identificámos, no decurso do diagnóstico, um consenso relativamente generalizado da mais valia da **escala intermunicipal/regional** para promover a valorização dos cursos, nomeadamente no que respeita à **informação e mobilização da procura social (alunos e famílias)**, ao **apoio na interlocução com o tecido empregador e, também, na interlocução com a tutela**, para apoiar a gestão das condições institucionais, instrumentais (recursos, conhecimento, informação), sociais e motivacionais que se associam à relevância e qualidade da oferta formativa.

A valorização das competências e da **massa crítica da região, a capacitação e a referenciação de boas práticas** são temas fundamentais para uma aprendizagem que se pretende rápida e coletiva e para a afirmação da dupla certificação como modalidade com identidade e valor no sistema educativo. Este desafio surge associado à necessidade de trabalhar as representações, a imagem e o valor educativo e económico dos cursos profissionais, junto de alunos, de famílias, de setores de atividade e junto dos professores e educadores. Neste contexto, destacam-se as referências aos **modelos e práticas de informação e orientação vocacional** que exigem transformação.

B. Avaliar a pertinência de um planeamento integrado das modalidades de nível secundário?

Um outro aspeto significativo do ponto de vista da construção da estratégia educativa e da rede escolar é a importância atribuída, pela generalidade dos atores, à **visão e perspetiva regional da rede** e, particularmente, à análise e planeamento regional da rede de cursos profissionais, respeitando, e valorizando, a identidade das escolas e uma estratégia de oferta mais clara e coerente. Este é um tema refletido no âmbito do estudo e cuja abordagem é acompanhada da preocupação, expressa, sobre a manutenção de oferta educativa como fonte de atração e fixação de população jovem. A transversalidade do desafio demográfico, a importância atribuída pela maioria dos municípios à retenção de jovens no território e a consciência da limitação, e necessidade de cooperação, de recursos, são questões, entre outras, que estão na base no consenso identificado. Sinalizam-se, contudo, prioridades e foco de atenção diferentes nos vários municípios, resultantes de investimentos e parcerias realizadas, sendo fundamental **identificar os fatores comuns mobilizadores de uma reorganização e valorização da rede de ofertas educativas**.

Uma perspetiva regional da rede escolar integra, necessariamente, preocupações com o acesso aos benefícios da educação e com a educação inclusiva. Do conjunto vasto de questões e inquietações que a crise pandémica despertou, o impacto potencial no agravamento das desigualdades no **acesso aos benefícios da educação** é, consensualmente, uma das mais significativas. A população mais vulnerável constitui, e deverá constituir, alvo de atenção no Baixo Alentejo. **O risco de aumento do abandono precoce** é uma realidade sentida em alguns contextos escolares e referida por municípios e escolas.

Cofinanciado por:



No atual contexto sociodemográfico, promover respostas aos desafios da estratégia regional e aos *drivers* de mudança emergentes, e assegurando condições de sucesso para todos exige uma visão e ação regionais, intervenções coerentes junto da população escolar (informação, suporte, orientação) e da comunidade educativa e empregadora, medidas diferenciadas em função dos contextos e dos problemas, conhecimento e cooperação de recursos, prioridades no planeamento e organização da rede escolar, nomeadamente ao nível do secundário, e inovação e qualidade pedagógicas. Na construção da rede de ofertas é crucial ter presente políticas que favoreçam a resiliência e o posicionamento perante a gestão da variabilidade de procura e necessidades, combinando especializações da rede num contexto de cooperação de recursos e o acesso à educação através, nomeadamente, de políticas de transporte e mobilidade e da diferenciação de instrumentos de apoio social e educativo.

Assim, cremos fazer sentido **pensar a rede escolar de forma integrada, assegurando complementaridade territorial entre modalidades educativas de nível secundário, no quadro de uma estratégia regional que assuma a centralidade da cooperação de recursos, da informação e orientação da população escolar, da comunicação e capacitação e das parcerias com o tecido social e empresarial.** O caminho possível de um planeamento mais integrado da rede de modalidades educativas de nível secundário no Baixo Alentejo, nomeadamente cursos científico-humanísticos e cursos profissionais, ganha força no atual contexto demográfico, exige estratégia, visão e uma interlocução regional (técnica e política) capacitada e encontra na política de transportes e mobilidade, na cooperação de recursos e na relação com a comunidade educativa e empregadora parceiros fundamentais.

3.2. Qualificações intermédias e rede de cursos profissionais

A. Conhecimento, diálogo e cooperação

As **tensões, sobretudo demográficas e sociais**, associadas a um planeamento mais coerente da rede de cursos profissionais e a transformações necessárias no perfil da rede, são muitas e são verbalizadas pelos municípios, escolas e, também, empregadores, nomeadamente: os investimentos realizados pelas escolas e a importância de os rentabilizar; a “competição” por alunos; a complementaridade necessária entre ofertas de nicho e ofertas mais generalizadas, que muitas vezes são associadas à necessidade de manter alunos num percurso educativo; os recursos existentes; a desigualdade nas condições de acesso aos cursos; o conhecimento das necessidades; a dificuldade de mobilizar alunos para cursos identificados como necessários; as estratégias e as práticas formativas.

Cofinanciado por:



As escolas com oferta mais consolidada, diferenciada e/ ou com mais histórico afirmam a importância de rentabilizar investimentos efetuados, concentrando ofertas onde existem recursos, diminuindo alguma sobreposição de algumas ofertas em territórios contíguos ou, conforme o caso, apostando em centros de referência de oferta como fator de atração de jovens. As escolas em concelhos particularmente afetados pela recessão demográfica ou concelhos onde a mobilidade de jovens para, por exemplo, Beja, funciona, debatem-se com a necessidade de responder à procura, variável, como forma se manterem em funcionamento cursos profissionais.

Neste contexto, a comunidade educativa valoriza as iniciativas que têm sido levadas a cabo no âmbito Projetos em curso no Baixo Alentejo, na área da educação e formação, sinalizando a importância de **reforçar a atenção e ação a regional nos seguintes domínios:**

- Acesso a informação atualizada e relevante sobre necessidades qualificações e ponderação da natureza dos contextos territoriais no planeamento da rede de cursos profissionais e no diálogo com a tutela.
- Coerência de percursos educativos (nível 4, nível 5 e níveis superiores), assegurando respostas à população escolar.
- Identificar, e valorizar, investimentos e aprendizagens de projetos educativos, em curso ou realizados, e considerar uma política regional de suporte a projetos piloto de educação-formação em contextos sociais e culturais específicos.
- Desenvolver a interlocução com a tutela, no sentido de construir caminhos para responder a dois principais desafios: o ajustamento e melhoria da eficácia do modelo de financiamento dos cursos, considerando quer atração de jovens de outros países, quer a baixa densidade e o contexto demográfico; e a qualidade, e atualidade, dos referenciais de qualificações intermédias constantes no Catálogo Nacional de Qualificações, enquanto instrumentos de comunicação com o tecido empregador e instrumentos indutores do desenvolvimento das práticas e didáticas da educação profissional.
- Apoiar e/ ou promover uma cooperação mais regular e mais intencional entre alunos-comunidade educativa-tecido empregador, promovendo contributos diferenciados para a valorização social e económica das qualificações e compromissos na educação profissional dos jovens.
- Intervir, no quadro da políticas sociais, mobilidade e transportes, tendo em vista a igualdade de acesso à educação e formação.
- Conferir prioridade à valorização dos cursos profissionais, no quadro de um enriquecimento das práticas de informação, comunicação e orientação vocacional.

Cofinanciado por:



Relativamente a este último desafio – informação, comunicação e orientação vocacional - as respostas dadas, no inquérito online, por 16 escolas do Baixo Alentejo à pergunta: “*em que domínios é prioritário intervir no sentido da valorização e desenvolvimento dos cursos profissionais?*” permitem constatar a prioridade atribuída a **ações informativas e de orientação da população escolar**. Complementarmente, as escolas atribuem prioridade ao reforço da **relação com empregadores** e ao aumento das **práticas de cooperação e do trabalho em rede**, bem como à melhoria das condições de **financiamento dos cursos profissionais**.

Os **testemunhos dos empregadores** permitem identificar três desafios complementares, ilustrativos da margem de progresso que existe no conhecimento e relacionamento escolas-empregadores:

- Um **primeiro desafio** relaciona-se com as **necessidades não satisfeitas e com as exigências de competências dos técnicos intermédios**.

De modo geral, e transversal aos setores, as organizações e empresas identificam necessidades não satisfeitas, porque não há trabalhadores ou porque não os há com as qualificações necessárias. As áreas da condução de máquinas e equipamentos (sobretudo agrícolas), da manutenção industrial, de infraestruturas e equipamentos, da área social, da área agrícola e, também, da hotelaria e turismo, são disto exemplo.

Importa sinalizar, que quando se referem a necessidades de qualificações, os empregadores tendem a associar a competências que procuram nos jovens não distinguindo, por vezes, os níveis de qualificação, intermédio ou superior. Sendo relativamente claro, para os diversos atores, a existência de um **espaço para as qualificações intermédias**, nomeadamente nas áreas técnicas e nos serviços, é importante considerar os domínios profissionais que tendem a requerer qualificações de nível superior, até pela oportunidade que também constitui para a valorização e afirmação dos percursos de qualificação intermédia.

Adicionalmente, e em coerência com os desafios associados aos drivers de mudança dos empregos e competências, os contextos profissionais exigem **crescente qualidade, robustez e especialização de qualificações intermédias**, no que respeita às competências técnicas e às competências comportamentais. Atendendo ao contexto sociodemográfico e à massa crítica de capital humano e social presente no Baixo Alentejo, esta situação apenas parece concretizável num quadro de mobilização de recursos, humanos e materiais, adequados e com qualidade, e de uma rede de operadores e de ofertas que, servindo o território e olhando para além dele, deve **cooperar na educação e formação dos jovens**, oferecendo-lhes **escolhas relevantes**,

Cofinanciado por:



desenvolvendo nichos diferenciados de qualificações, apostando em centros de excelência de algumas ofertas e reforçando parcerias locais e regionais para a qualificação com o contributo imprescindível dos empregadores.

- Um segundo desafio respeita ao, ainda escasso, conhecimento que a maioria dos empregadores tem da rede de cursos profissionais, das saídas profissionais e das qualificações dos jovens que completam um nível de qualificação.

O grau de conhecimento dos empregadores relativamente às ofertas educativas e formativas de nível 2, 4 e 5 é, globalmente, reduzido. A principal fonte de conhecimento, quando este existe, são os estágios e/ ou os contactos das escolas para avaliar a possibilidade de estágios e os empregadores reforçam a importância de uma divulgação regional e mais eficaz da oferta.

Neste contexto, importa sinalizar a atenção que na estratégia regional deve ser atribuída à dinamização e suporte da comunicação efetiva, intencional e regular, entre agentes e instituições educativas, população escolar e organizações empregadoras. Os empregadores utilizam a linguagem das competências, menos a das qualificações (reconhecendo-as, ou não, no exercício profissional) e desvalorizam a linguagem dos conteúdos. Por sua vez, quando se fala em qualidade da comunicação por parte das escolas é preciso considerar a capacitação contínua dos recursos (professores, formadores, equipamentos, materiais, instalações) e as oportunidades de aprofundar o conhecimento dos contextos profissionais, nomeadamente através da cooperação nas práticas de ensino-aprendizagem. Quando se fala em alunos, importa ouvi-los e conhecer as suas motivações e adotar uma comunicação, suportada em informação organizada, clara e relevante, e focada nas suas necessidades. A “motivação do aluno” é identificada por empregadores e escolas como fator central do sucesso escolar.

- Um terceiro desafio, diz respeito ao âmbito de colaboração entre escolas-empregadores.

Ainda muito funcional e associada aos momentos de estágio a comunicação das saídas profissionais e o marketing dos cursos parece ainda ausente ou, pelo menos, insuficiente para proporcionar um conhecimento mais cabal das competências desenvolvidas no âmbito do percurso educativo. Complementarmente, os empregadores com experiência de colaboração com escolas, no âmbito dos estágios e/ ou de eventos diversos, valorizam, de forma geral, as qualificações dos jovens e o seu espaço de contribuição nas organizações e destacam a urgência de progredir na atualização dos currículos, na qualidade dos recursos formativos e no reforço e regularidade, durante o curso, da formação em contexto de trabalho. As escolas organizam os momentos de estágio de forma diferente, sendo este um campo necessário de atenção e flexibilização.

Cofinanciado por:



De um modo geral, exige-se um diálogo e cooperação entre empregadores e escolas em domínios mais vastos e que incluam a informação e conhecimento das saídas profissionais por parte dos empregadores, a **tutoria mais consequente nos estágios**, a **construção de conteúdos formativos** (utilizando, nomeadamente, as oportunidades da flexibilidade curricular), a participação na **dinamização de aprendizagens** e o trabalho em torno das **representações do mundo das profissões e do trabalho**.

B. Desafios do planeamento da rede de cursos profissionais

A necessidade de **diferenciar, e não sobrepor, ofertas no território** é um ponto comum entre os diversos atores. Se para as empresas isto é visto como oportunidade de disponibilizar qualificações, já para as escolas e municípios prosseguir este caminho não deve pôr em causa a atração e fixação de jovens, nas escolas ou territórios. Trata-se de um desafio grande, com aspetos eventualmente contraditórios, que requer compromissos exigentes e uma forte articulação entre a estratégia educativa, a estratégia de desenvolvimento regional, a rede de transportes e mobilidade e a cooperação de recursos e competências no território (entre empresas, escolas, municípios, IEPF, associações). Neste âmbito, a **experiência piloto** em curso nas 6 escolas dos concelhos de Almodôvar, Mértola, Aljustrel, Castro Verde, Ourique deverá ser acompanhada e avaliada nas suas condições de replicação noutros territórios do Baixo Alentejo.

Num território em que coexistem fortes tensões entre as condições demográficas, sociais e de atratividade de jovens e as estratégias de retenção dos jovens nas escolas da área de residência, **o perfil da rede** é espelho da presença da diversidade da base social e económica, das estratégias de informação e orientação de jovens, de diferentes estratégias de oferta de cursos, das estratégias educativas municipais e, também, das lideranças escolares.

Conforme atrás concluímos, o **grau de inovação da rede de cursos profissionais do Baixo Alentejo** tem aumentado nos últimos anos letivos. Persistem, evidentemente, **desafios**: há necessidades de qualificações que, sendo significativas, exigem uma ponderação relativamente ao volume e número de técnicos lançados no mercado de trabalho, considerando a capacidade de absorção do tecido empresarial regional; existem procura e necessidades significativas cujas respostas escasseiam, ou não existem, no território; e identificam-se, também, necessidades de qualificações intermédias de diferentes níveis (2, 4 e 5) e necessidades de perfis profissionais e competências que exigem especializações técnicas, complementares à formação inicial, fundamentalmente associadas ao exercício profissional em contextos específicos. Tudo isto foi objeto de partilha nas sessões de trabalho efetuadas e encontra-se traduzido na análise das necessidades e procura de qualificações desenvolvida no diagnóstico regional.

Cofinanciado por:



Importa, neste contexto, que o **planeamento da rede** se suporte, para além dos critérios utilizados, na **monitorização dos percursos** dos alunos pós cursos, disponibilizando informação relevante para a gestão dos recursos, a **organização e concertação das ofertas educativas de nível intermédio e superior** e, também, para a organização de **formações complementares, de especialização e/ ou aprofundamento**, de competências adquiridas na formação inicial.

O planeamento da rede de cursos profissionais no Baixo Alentejo poderá também beneficiar de uma **avaliação da pertinência e da viabilidade de apoiar áreas de especialização**, coerentes com a estratégia regional e mobilizadoras na comunidade educativa e empregadora.

Reflexo do aumento de conhecimento e da exigência na construção de respostas educativas, a **inovação, especialização e qualidade da oferta de educação-formação é um caminho que importa cuidar, desenvolver e monitorizar no Baixo Alentejo.**

A oportunidade de financiamentos para a constituição de centros de especialização da oferta, a avaliação da coerência da rede de oferta com a rede de transportes, o reforço da mobilidade interconcelhia, a aposta na qualidade da informação e da orientação vocacional, a informação organizada sobre resultados de investimentos realizados na formação de jovens e o enquadramento do planeamento dos cursos profissionais na estratégia e rede regional, afiguram-se elementos centrais para promover o acesso e as escolhas informadas por parte dos jovens e assegurar respostas a necessidade da sociedade e da economia.

O desenvolvimento de uma estratégia educativa ao serviço da cidadania, da construção de futuros e projetos de vida e da resposta às transformações no mundo do trabalho e na sociedade, é um desafio que, também no Baixo Alentejo, importa agarrar.

Cofinanciado por:

